



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

**MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM REDE
NACIONAL – PROFIAP**

CAIO MATTOS BAETA NEVES

**DESAFIOS DA INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UM
ESTUDO DE CASO NA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO.**

RECIFE/PE

2024

CAIO MATTOS BAETA NEVES

**DESAFIOS DA INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UM
ESTUDO DE CASO NA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO.**

Dissertação apresentada ao Mestrado
Profissional em Administração Pública
da Universidade Federal Rural de
Pernambuco como requisito para
obtenção do título de Mestre em
Administração Pública.

**Orientadora: Professora Doutora
Yumara Lúcia Vasconcelos**

**Coorientador: Professor Doutor José
de Lima Albuquerque**

RECIFE/PE

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Bibliotecário(a): Suely Manzi – CRB-4 809

N511d Neves, Caio Mattos Baeta.

Desafios da inclusão social de pessoas com deficiência:
um estudo de caso na Universidade Federal Rural de
Pernambuco / Caio Mattos Baeta Neves. – Recife, 2024.
91 f.; il.

Orientador(a): Yumara Lúcia Vasconcelos.
Co-orientador(a): José de Lima Albuquerque.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural de
Pernambuco, Programa de Mestrado Profissional em
Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP),
Recife, BR-PE, 2024.

Inclui referências e apêndice(s).

1. Pessoas com deficiência. 2. Integração social. 3.
Capacitismo. 4. Pesquisa bibliográfica 5. Universidade
Federal Rural de Pernambuco. I. Vasconcelos, Yumara
Lúcia, orient. II. Albuquerque, José de Lima, coorient. III.
Título

CDD 350

CAIO MATTOS BAETA NEVES

**DESAFIOS DA INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UM
ESTUDO DE CASO NA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO.**

**Orientadora: Prof^a. Dra. Yumara Lúcia
Vasconcelos**

**Coorientador: Prof. Dr. José de Lima
Albuquerque**

Dissertação apresentada ao Mestrado
Profissional em Administração Pública da
Universidade Federal Rural de Pernambuco
como requisito para obtenção do título de
Mestre em Administração Pública.

Aprovado em 30/10/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dra. Yumara Lúcia Vasconcelos - Orientadora
Universidade Federal Rural de Pernambuco (PROFIAP/UFRPE)

Prof. Dr. José de Lima Albuquerque - Coorientador
Universidade Federal Rural de Pernambuco (PROFIAP/UFRPE)

Prof^a. Dra. Marlene Valerio dos Santos Arenas
Universidade Federal de Rondônia (PROFIAP/UNIR)

Prof. Dr. José Luiz Alves
Universidade de Pernambuco (UPE)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão aos meus pais, Nelson e Nara, e ao meu irmão Gabriel, por me ensinarem os valores mais essenciais da vida: perseverança, persistência, amor incondicional, resiliência, companheirismo e lealdade inabalável. Sou eternamente grato a vocês por cada lição e cada gesto de apoio. Amo vocês com todo o meu coração!

Agradeço também à minha extraordinária esposa, Mariana, por estar ao meu lado nos momentos mais desafiadores, pela imensa paciência, compreensão, carinho e pelo amor constante e generoso que nunca me faltou. Você é meu pilar e fonte de força. Te amo infinitamente!

Aos meus orientadores, Yumara Vasconcelos e José Lima e ao professor Jorge Correia, deixo um agradecimento especial por toda paciência, compreensão e encorajamento ao longo dessa jornada. Vocês deixaram uma marca indelével não só na minha trajetória acadêmica, mas também na minha vida pessoal.

Sou igualmente grato aos meus amigos e familiares pelo apoio. Um sincero muito obrigado à minha fantástica turma pela união e companheirismo, e à Marta e aos excepcionais docentes do mestrado Profiap, por compartilharem conhecimento e sabedoria ao longo desse caminho.

RESUMO

A inclusão social de pessoas com deficiência continua sendo um desafio significativo nas esferas educacional e profissional no Brasil, muitas vezes impactada por barreiras estruturais e atitudes capacitistas. Este estudo analisou como os pesquisadores têm discutido os desafios da inclusão social de pessoas com deficiência e como esta questão tem sido abordada nas políticas institucionais da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Utilizando uma abordagem metodológica de pesquisa bibliográfica, mapeamento sistemático de literatura, análise documental institucional e estudo de caso tendo a UFRPE como objeto, o estudo explora o arcabouço teórico que sustenta as práticas inclusivas, com ênfase nas políticas institucionais e nos desafios enfrentados por pessoas com deficiência em diversos contextos. A dissertação examina como o capacitismo — entendido como opressão e discriminação de pessoas com deficiência — está entranhado nas práticas sociais e institucionais, impactando a vida de indivíduos ao associá-los a corpos "não-normativos". A revisão sistemática revela as lacunas nesse sentido no campo científico, embora exista volume de estudos voltados para pessoas com deficiência. Destacam-se também as principais legislações brasileiras, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015). A análise situacional da UFRPE é explorada como estudo de caso, avaliando as políticas institucionais de inclusão, com destaque para o Núcleo de Acessibilidade (Naces) e a Política de Acessibilidade e Inclusão. A partir disso, são propostas recomendações de ações e intervenções para melhorar o cenário de acessibilidade e inclusão na universidade e em instituições de ensino superior em geral. O estudo conclui que, apesar dos avanços legislativos, ainda há um longo caminho para garantir uma inclusão efetiva e sustentável de pessoas com deficiência, sendo necessário o fortalecimento das políticas de acessibilidade e uma mudança cultural para superar o capacitismo.

Palavras-chave: Pessoa com deficiência, Inclusão Social, Capacitismo, Mapeamento Sistemático, UFRPE.

ABSTRACT

Social inclusion of people with disabilities remains a significant challenge in educational and professional spheres in Brazil, often impacted by structural barriers and ableist attitudes. This study analyzed how researchers have addressed the challenges of social inclusion for people with disabilities and how this issue has been approached in the institutional policies of the Federal Rural University of Pernambuco (UFRPE). Employing a methodological approach that includes bibliographic research, systematic literature mapping, institutional document analysis, and a case study with UFRPE as the focus, the study explores the theoretical framework underpinning inclusive practices, with an emphasis on institutional policies and the challenges faced by people with disabilities in various contexts. The dissertation examines how ableism—understood as the oppression and discrimination of people with disabilities—is embedded in social and institutional practices, affecting individuals by associating them with "non-normative" bodies. The systematic review reveals gaps in the scientific field regarding this issue, despite a considerable volume of studies on people with disabilities. It also highlights key Brazilian legislation, such as the Brazilian Inclusion Law (Law No. 13,146/2015). The situational analysis of UFRPE is explored as a case study, evaluating institutional inclusion policies, with emphasis on the Accessibility Center (Naces) and the Accessibility and Inclusion Policy. Based on this, recommendations for actions and interventions are proposed to improve the accessibility and inclusion landscape at the university and in higher education institutions in general. The study concludes that despite legislative advances, there is still a long way to go to ensure effective and sustainable inclusion of people with disabilities, requiring the strengthening of accessibility policies and a cultural shift to overcome ableism.

Keywords: People with Disabilities, Social Inclusion, Ableism, Systematic Mapping, UFRPE.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Protocolo de Revisão sistemática de literatura	41
Figura 2: Processo de leitura dos documentos primários	43
Figura 3: Panorama geral do MSL da área de Ciências Sociais	52
Figura 4: Parcial do MSL da área de Ciências Sociais ampliada com destaque para palavra “Inclusion”	53
Figura 5: Parcial do MSL destacando termo “ableism”	54
Figura 6: Panorama geral do MSL da área de Psicologia	55
Figura 7: Parcial do MSL com destaque para “Autism”	55
Figura 8: Parcial do MSL com destaque para “Disability”	56
Figura 9: Panorama geral do MSL da área de Negócios, Gestão e Contabilidade	56
Figura 10: Panorama geral do MSL da área de Ciências Econômicas, Econométricas e Finanças	57
Figura 11: Gráfico do número de documentos de cada categoria temática por ano na área de Ciências Sociais	61
Figura 12: Gráfico do número de documentos de cada categoria temática por ano na área de Psicologia	62
Figura 13: Gráfico do número de documentos de cada categoria temática por ano na área de Negócios, Gestão e Contabilidade.	63
Figura 14: Gráfico do número de documentos de cada categoria temática por ano na área de Ciências Econômicas, Econometria e Finanças.	64
Figura 15: Gráfico do somatório de documentos de todas as áreas.	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número de artigos obtidos em cada área	45
Tabela 2: Documentos da área de Ciências Sociais	60
Tabela 3: Documentos da área de Psicologia	62
Tabela 4: Documentos da área de Negócios, Gestão e Contabilidade	63
Tabela 5: Documentos da área de Ciências Econômicas, Econometria e Finanças	64
Tabela 6: Somatório de documentos de todas as áreas	65

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Categorias de barreiras e suas definições	31
Quadro 2: Conceitos abordados na fundamentação teórica referente a Inclusão social das pessoas com deficiência	35
Quadro 3: Conceitos abordados na fundamentação teórica referente ao capacitismo.	36
Quadro 4: Conceitos abordados na fundamentação teórica referente à Acessibilidade	36
Quadro 5: Checklist para Relato de Revisão Sistêmica	38
Quadro 6: Parâmetros de coleta.	41
Quadro 7: Termos-chave categorizados	58
Quadro 8: Pesquisa documental institucional da UFRPE e legislação específica	67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABP – Associação Brasileira de Psiquiatria

CAT – Comitê de Ajudas Técnicas

CONSU – Conselho Universitário

CRPD – Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

CSV – Comma-separated values

D&I – Gestão da Inclusão e Diversidade

EAD – Educação a distância

GEPDT – Grupo de estudos e pesquisas em Direito do trabalho

GPLv3 – General Public License Version 3.0

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LBI – Lei Brasileira da Inclusão

Libras – Língua Brasileira de Sinais

MEC – Ministério da Educação

MSL – Mapeamento Sistemático de Literatura

Naces – Núcleo de Acessibilidade

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU – Organização das Nações Unidas

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PICOS – Participantes, intervenções, comparações, resultados e desenho de estudo

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PROGEPE – Pró-reitoria de Gestão de Pessoas

PROGESTI – Pró-reitoria de Gestão Estudantil

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

RIS – Research Information Systems

RS – Revisão Sistemática

Scimat – Science Mapping Analysis software Tool

SEDH – Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República

TEA – Transtorno do Espectro Autista

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
1.1. Contextualização do Problema	15
1.2. Objetivos Geral e Específicos	16
1.2.1. Objetivo Geral	16
1.2.2. Objetivos Específicos	17
1.3. Justificativa	17
1.4. Estrutura do trabalho.....	20
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	21
2.1. Inclusão Social das Pessoas com Deficiência	21
2.2. Capacitismo	26
2.3. Acessibilidade	30
3. METODOLOGIA.....	34
3.1. Caracterização da pesquisa.....	34
3.2. Procedimentos para alcançar os objetivos.....	34
3.2.1. Procedimentos para alcançar o objetivo específico 1: pesquisa bibliográfica	34
3.2.2. Procedimentos para alcançar o objetivo específico 2: Mapeamento sistemático de literatura.....	36
3.2.2.1 Escolha da base de dados	43
3.2.2.2 Escolha dos termos-chave	44
3.2.2.3. Análise Bibliométrica	45
3.2.2.4. Escolha dos softwares	46
3.2.3. Procedimentos para alcançar o objetivo específico 3: Apresentar os resultados mais relevantes do mapeamento sistemático	47
3.2.4. Procedimentos para alcançar o objetivo específico 4: Pesquisa documental	48
4. ANÁLISE SITUACIONAL (RESULTADOS E DISCUSSÕES)	48
4.1. A inclusão de pessoas com deficiência: situação e perspectivas	48
4.1.1. Situação da Inclusão Social.....	48
4.1.2. Barreiras à Inclusão.....	50
4.1.3. Perspectivas Futuras	50
4.2. Mapeamento sistemático de literatura sobre inclusão de pessoas com deficiência.....	51
4.3. A institucionalização das ações de inclusão de pessoas com deficiência na Universidade Federal Rural de Pernambuco	66
4.4. Recomendações de estudos científicos sobre o tema inclusão social de pessoas com deficiência.....	69
5. PRODUTO TÉCNICO-TECNOLÓGICO.....	71
6. CONCLUSÕES	
REFERÊNCIAS.....	75
APÊNDICE A - PRODUTO TÉCNICO-TECNOLÓGICO	81

1. INTRODUÇÃO

Até a década de 1980 as iniciativas para inclusão de pessoas com deficiência no Brasil eram incipientes e dissociadas das demais políticas públicas, com iniciativas governamentais centradas em uma perspectiva caritativa e assistencialista. As pessoas com deficiência, especialmente as mais pobres e vulneráveis, eram frequentemente institucionalizadas e não percebidas como sujeitos de direitos. Historicamente as pessoas com deficiência sofreram com a exclusão tanto na educação quanto no âmbito profissional.

O protagonismo das organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais brasileiros foi crucial na construção da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU em 2006 e na mobilização para sua homologação pelo Brasil como tratado internacional de direitos humanos, com equivalência de emenda constitucional, em 2009. Esse processo culminou na criação da Lei Brasileira de Inclusão - LBI (Lei nº 13.146/2015), consolidando um marco legal que promove a visibilidade da agenda de inclusão e é referência na implementação do modelo social de direitos humanos da deficiência (Lopes; Feminella, 2020).

Nas últimas décadas, tem havido crescente criação de políticas públicas e legislação federal relacionadas a pessoas com deficiência como a Lei nº 10.048/2000, a Lei nº 10.098/2000 e o Decreto nº 5.296/2004 (que tratam de atendimento prioritário e da acessibilidade), além da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.949/2009), a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), entre outros. Apesar do amparo legal, não há garantia de cumprimento do que determina a legislação. Preconceito e discriminação influenciam nas dificuldades das organizações em contribuírem para minimizar a marginalização e promover a inclusão dessa parcela da população, necessitando ser encontrada uma metodologia para efetivação desses direitos.

A mobilização das pessoas com deficiência também contribuiu para criação de partes da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, lançada em 2015, que estabeleceu 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados por 169 indicadores, com ênfase na inclusão das pessoas com deficiência. Em 2020, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CRPD) introduziu o SDG-CRPD Resource Package, oferecendo diretrizes para implementar e monitorar indicadores voltados aos direitos dessas pessoas. Esse pacote foi criado com

consultas da ONU, envolvendo especialistas, governos e organizações da sociedade civil. A deficiência é abordada em vários ODS, especialmente nos objetivos de educação, emprego, desigualdade, acessibilidade e coleta de dados, com destaque para os Objetivos 10, 16 e 17, considerados as fundações para ODS inclusivos (Di Pietra; Bianchi; Adamczyk, 2021).

Os três objetivos fundamentais da Agenda 2030 – Redução das desigualdades (ODS 10), Paz, justiça e instituições eficazes (ODS 16) e Parcerias e meios de implementação (ODS 17) – estão diretamente ligados à inclusão das pessoas com deficiência. O ODS 10 visa reduzir desigualdades socioeconômicas e promover a inclusão de todos, incluindo pessoas com deficiência, até 2030. O ODS 16 busca criar instituições justas e acessíveis para garantir o desenvolvimento sustentável e o acesso à justiça de maneira equitativa. O ODS 17 destaca a importância de parcerias globais e da coleta de dados desagregados para monitorar e implementar essas metas inclusivas. Além dos três objetivos mencionados, há outros seis Objetivos Específicos, que contemplam indicadores e recomendações focados em áreas que impactam diretamente a vida das pessoas com deficiência. Esses objetivos são: Objetivo 1 - Erradicação da pobreza; Objetivo 3 - Saúde e bem-estar; Objetivo 4 - Educação de qualidade; Objetivo 5 - Igualdade de gênero; Objetivo 8 - Trabalho decente e crescimento econômico; e Objetivo 11 - Cidades e comunidades sustentáveis. Há uma menção direta às pessoas com deficiência nos Objetivos 4, 8, 10, 11 e 17 (ONU, 2024).

1.1. Contextualização do Problema

A história da deficiência revela que mudanças não ocorreram de maneira linear e que diversas posturas, desde a marginalização até a inclusão social, ainda coexistem e influenciam práticas e políticas públicas. Há coexistência entre o avanço normativo brasileiro e mundial, com a forte desigualdade e marginalização social na realidade da vida das pessoas com deficiência.

A inclusão social é um conceito central para garantir que todas as pessoas, independentemente de suas características ou condições, tenham as mesmas oportunidades de participar da vida em sociedade. Para as pessoas com deficiência, a inclusão social implica a remoção de barreiras que impedem sua plena participação em diversas esferas, como educação, trabalho, transporte e lazer e permite-os

atingirem seu potencial. No entanto, a sociedade ainda enfrenta desafios significativos relacionados ao capacitismo, que é a discriminação e preconceito contra pessoas com deficiência. O capacitismo perpetua estigmas e limitações que afetam negativamente a vida dessas pessoas.

A acessibilidade é outro aspecto crucial para a inclusão social. Refere-se à criação de ambientes, produtos e serviços que possam ser utilizados por todas as pessoas, incluindo aquelas com deficiência. A acessibilidade vai além das adaptações físicas, abrangendo também a comunicação, o acesso a informações, atitudes e a interação social.

A partir das ponderações até aqui apresentadas, esta pesquisa procurou responder a seguinte questão: Como os teóricos e pesquisadores têm discutido os desafios da inclusão social de pessoas com deficiência e como esta questão tem sido abordada nas políticas institucionais da UFRPE?

Embora seja plausível que houve avanços na inclusão social das pessoas com deficiência em nosso país, particularmente neste século, impulsionado pelos avanços das tecnologias assistivas e da legislação em prol desse segmento populacional, ainda persistem graves desigualdades sociais e muitas barreiras incluindo capacitismo que limitam ou impedem a sua participação social em igualdade de oportunidades com as pessoas sem deficiência.

Diante desse cenário, é válido revisar e analisar como a produção acadêmica tem tratado deste tema e contribuído para o debate e enfrentamento aos desafios contemporâneos para a inclusão social das pessoas com deficiência. Ao investigar as teorias e práticas discutidas na literatura acadêmica, espera-se identificar padrão de pesquisa que encaminhe para uma sociedade mais inclusiva, equitativa e anticapacitista.

1.2. Objetivos Geral e Específicos

O objetivo geral tem como base a análise de teorias e pesquisas relacionadas à questões de inclusão de pessoas com deficiência, seguido por cinco objetivos específicos elucidados nos próximos tópicos.

1.2.1. Objetivo Geral

O objetivo geral deste estudo foi analisar como os teóricos e pesquisadores

têm discutido os desafios da inclusão social de pessoas com deficiência e como esta questão tem sido abordada nas políticas institucionais da UFRPE.

Esta análise buscou identificar, sintetizar e avaliar os principais achados, teorias e práticas discutidas na literatura acadêmica, visando contribuir para uma compreensão mais profunda e fundamentada sobre as barreiras e facilitadores da inclusão social, bem como para o desenvolvimento de políticas e intervenções mais eficazes.

1.2.2. Objetivos Específicos

Como os objetivos específicos da pesquisa:

- 1) Discutir os conceitos e teorias relacionados à inclusão de pessoas com deficiência;
- 2) Realizar um mapeamento sistemático de literatura sobre pessoas com deficiência entre 2018 e 2023;
- 3) Apresentar os resultados mais relevantes do mapeamento sistemático;
- 4) Analisar os documentos institucionais da UFRPE relacionados ao tema inclusão social de pessoas com deficiência.
- 5) Como Produto Técnico-Tecnológico (PTT) apresentar uma carta de recomendação para ações de acessibilidade, inclusão e enfrentamento ao capacitismo na UFRPE

1.3. Justificativa

A inclusão social de pessoas com deficiência é um desafio complexo e multifacetado, que requer uma abordagem abrangente e integrada. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua 2022 (IBGE, 2023), a população com deficiência no Brasil foi estimada em 18,6 milhões de pessoas com dois anos ou mais de idade, correspondendo a 8,9% da população nessa faixa etária. Este dado ressalta a relevância e urgência de estudos que abordam a inclusão social dessas pessoas, considerando suas diversas necessidades e particularidades.

A distribuição etária da população com deficiência revela um aumento significativo do percentual de pessoas com deficiência com o avançar da idade. Em 2022, 47,2% das pessoas com deficiência tinham 60 anos ou mais, em contraste com

apenas 12,5% das pessoas sem deficiência nessa mesma faixa etária. Este aumento está associado às perdas de funcionalidades do corpo decorrentes do envelhecimento, evidenciando a necessidade de políticas e práticas inclusivas que atendam às especificidades deste grupo etário.

Além da atenção necessária à população idosa, é crucial compreender a prevalência de deficiência em grupos etários mais jovens e como estes são acomodados no sistema educacional. Em 2022, 3,2% das crianças de dois a nove anos de idade foram estimadas como tendo alguma deficiência. Este dado sublinha a importância de intervenções precoces e adequadas no sistema educacional, bem como a necessidade de políticas neonatais que possam apoiar o desenvolvimento e a inclusão dessas crianças desde os primeiros anos de vida.

Além disso, 8,4% da população brasileira com mais de dois anos de idade tem alguma deficiência, que apresentam taxas de frequência escolar e conclusão do ensino médio menores quando comparadas às pessoas sem deficiência (IBGE, 2022), percebe-se que esse segmento demanda urgência e prioridade em políticas públicas para mudar esse cenário, com mais estrutura nas escolas. Mesmo com a forte desigualdade no acesso, frequência e conclusão da educação básica, o número de estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados no ensino superior tem aumentado ao longo dos anos, em 2011 correspondiam a 0,33% e uma década depois foram 0,71% (INEP, 2022), demonstrando a importância das políticas de ações afirmativas que vêm sendo implementadas.

No que se refere aos dados educacionais das pessoas com deficiência, a Agenda 2030 destaca a necessidade de assegurar a educação inclusiva para pessoas com deficiência. No Brasil, o analfabetismo entre pessoas com deficiência é significativamente maior: 19,5% contra 4,1% entre pessoas sem deficiência. Em termos de nível de instrução, 63,3% das pessoas com deficiência de 25 anos ou mais não completaram a educação básica, em comparação com 29,9% das pessoas sem deficiência. Apenas 25,6% das pessoas com deficiência concluíram o ensino médio, comparado a 57,3% das pessoas sem deficiência. No ensino superior, os números são igualmente discrepantes: 7,0% para pessoas com deficiência contra 20,9% para pessoas sem deficiência.

A taxa de escolarização também revela desigualdades: 95,1% das crianças com deficiência de 6 a 14 anos frequentam a escola, enquanto essa taxa é de 99,4%

entre as sem deficiência. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 84,6% das pessoas com deficiência estão escolarizadas, contra 93,0% das sem deficiência. Para o grupo de 18 a 24 anos, a taxa de escolarização é de 24,3% para pessoas com deficiência, comparada a 31,8% para pessoas sem deficiência.

Adicionalmente, o Objetivo 4 da Agenda 2030 busca garantir educação de qualidade e inclusiva para pessoas com deficiência, promovendo oportunidades de aprendizado ao longo da vida e eliminando disparidades de gênero e socioeconômicas. No entanto, relatórios indicam que pessoas com deficiência enfrentam grandes dificuldades de acesso à educação. Em países em desenvolvimento, 87% dos jovens sem deficiência frequentam a escola, enquanto apenas 75% dos jovens com deficiência fazem o mesmo. No Brasil, essa diferença é menor, mas ainda significativa. As taxas de alfabetização também mostram uma disparidade, sendo 92,2% para pessoas sem deficiência e 70,8% para pessoas com deficiência. Essas desigualdades educacionais perpetuam a marginalização social e econômica, dificultando o exercício de direitos e a representatividade política das pessoas com deficiência (Di Pietra; Bianchi; Adamczyk, 2021).

No mercado de trabalho, os desafios são igualmente evidentes. Em 2022, havia 17,5 milhões de pessoas com deficiência em idade de trabalhar, representando cerca de 10% da população com 14 anos ou mais. Entretanto, apenas 5,1 milhões estavam efetivamente na força de trabalho, resultando em uma taxa de participação de 29,2%, bem abaixo da média nacional de 62,7%. A taxa de ocupação para pessoas com deficiência foi de 26,6%, comparada a 60,7% para pessoas sem deficiência.

A informalidade é um problema crítico para pessoas com deficiência, atingindo 55,0% deste grupo, em comparação com 38,7% entre pessoas sem deficiência. Mesmo entre os mais instruídos, a informalidade permanece alta: 25,8% para aqueles com ensino superior completo, contra 18,0% entre pessoas sem deficiência.

A taxa de desocupação entre pessoas com deficiência foi de 9,1%, ligeiramente acima da média nacional de 8,7%. Estes dados refletem a exclusão significativa de pessoas com deficiência do mercado de trabalho formal e a persistência de barreiras que impedem sua plena participação econômica.

O Objetivo 8 da Agenda 2030 visa promover trabalho decente e crescimento econômico inclusivo, garantindo emprego pleno e produtivo para todos, incluindo pessoas com deficiência, e combater a discriminação e as disparidades salariais que afetam esse grupo. No entanto, dados mostram que apenas 31% das pessoas com

deficiência estavam empregadas na América Latina entre 2006 e 2016, em comparação com 58% das pessoas sem deficiência. No Brasil, em 2010, dos 6,5 milhões de pessoas com deficiência, apenas 3,1 milhões estavam empregadas, com a maioria em empregos informais, sem direitos trabalhistas ou previdenciários, evidenciando uma taxa de participação no trabalho de 53,2%, inferior aos 77,4% das pessoas sem deficiência (DI PIETRA; BIANCHI; ADAMCZYK, 2021).

A revisão sistemática de literatura proposta neste projeto busca explorar os desafios da inclusão social de pessoas com deficiência, refletida na produção científica. Ao analisar criticamente as teorias e filosofias que embasam as políticas e práticas de inclusão, este estudo pretende identificar lacunas e propor soluções fundamentadas para melhorar a qualidade de vida e a participação social das pessoas com deficiência. A relevância deste estudo é reforçada pelos dados demográficos, que mostram a magnitude e a diversidade da população com deficiência no Brasil.

Em síntese, este projeto justifica-se pela necessidade urgente de promover a inclusão social de pessoas com deficiência de forma abrangente, efetiva, respeitando as especificidades e necessidades de cada deficiência, realizando pesquisas bibliográfica, documental e o mapeamento sistemático de literatura e estudo de caso, o que permitirá uma compreensão aprofundada dos desafios e das possíveis soluções, contribuindo para o desenvolvimento de políticas públicas e práticas sociais mais inclusivas e equitativas.

1.4. Estrutura do trabalho

A estrutura desta dissertação está organizada em seis partes, começando pela Introdução, que explora as dificuldades e limitações enfrentadas pelas pessoas com deficiência em sua participação social. Essas questões são fundamentadas por meio de pesquisa bibliográfica, dados da PNAD Contínua do IBGE e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) destacando as barreiras que persistem na inclusão dessas pessoas.

A segunda parte, intitulada Fundamentação Teórica, aborda os elementos essenciais para a inclusão social, trabalhista e educacional das pessoas com deficiência, com ênfase na acessibilidade, variando conforme o tipo de deficiência. Esta seção discute como a eliminação de todas as formas de discriminação e

barreiras, incluindo o capacitismo, é fundamental para alcançar um alto grau de inclusão e acessibilidade.

Na terceira parte, intitulada Metodologia, para atendimento ao primeiro objetivo específico, é descrito a pesquisa bibliográfica para conceituar os principais temas que envolvem as pessoas com deficiência, segundo objetivo, realizar o processo de mapeamento sistemático da literatura, detalhando os parâmetros de pesquisa, as estratégias de análise, a seleção das bases de dados, os termos-chave escolhidos, os softwares utilizados para o mapeamento e análise bibliométrica. Para terceiro objetivo, apresentar os resultados mais relevantes do mapeamento sistemático e, por fim, para quarto objetivo pesquisa documental institucional e estudo de caso.

A quarta parte apresenta os Resultados e Discussões, baseados na análise dos resultados da pesquisa bibliográfica, mapeamento sistemático da literatura por meio dos programas SciMAT e VOSviewer, apresentação da análise dos resultados advindos do mapeamento e análise documental referente a inclusão das pessoas com deficiência na UFRPE. Nesta seção, são apresentados os principais achados e suas implicações para o campo de estudo. Após os resultados, traz as Recomendações, sugerindo estudos futuros e indicando a criação de produtos técnico-tecnológicos que possam promover melhorias na acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência.

Por fim, a quinta parte consiste nas Considerações Finais, ressaltando as contribuições teóricas e práticas da pesquisa, bem como as limitações e lacunas do estudo e as perspectivas para futuros avanços no tema.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As três bases fundamentais para a compreensão dos desafios da inclusão social de pessoas com deficiência, além do próprio conceito de inclusão, são o capacitismo e a acessibilidade. A fundamentação teórica esclarece como esses conceitos estão profundamente inter-relacionados e como impactam a vida das pessoas com deficiência na sociedade.

2.1. Inclusão Social das Pessoas com Deficiência

A inclusão refere-se à garantia de direitos e implica uma mudança social no

manejo das necessidades específicas de cada pessoa. Em 1981, a ONU declarou o “Ano Internacional da Pessoa Deficiente” para promover ações e chamar atenção para a questão da deficiência. O movimento político da inclusão social começou a ganhar destaque no final do século XX, principalmente após a segunda metade da década de 1970 em países desenvolvidos, e se expandiu para outros países, incluindo o Brasil, nas décadas de 1980 e 1990. Antes disso, especialmente no Brasil, predominavam ações assistencialistas e de caridade. A Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência de 1975, aprovada pela ONU, garantiu considerações específicas no planejamento econômico-social, contribuindo para a emergência de um movimento politizado das pessoas com deficiência. Este movimento visava melhorar as condições de vida, reduzir o estigma de “incapaz” ou “inferior” e promover a inclusão e participação social efetiva desse grupo na sociedade (Paiva; Bendassolli, 2017).

A evolução da percepção da deficiência reflete mudanças nos valores sociais, morais, filosóficos, éticos e religiosos de diferentes culturas ao longo do tempo. A questão das pessoas com deficiência passou por fases de marginalização, assistencialismo, educação, reabilitação, integração social e, mais recentemente, inclusão social, e ressalta-se que essas diferentes abordagens ainda convivem e orientam as políticas públicas (Pacheco; Alves, 2007). Historicamente, a ideia de deficiência esteve ligada a explicações sobrenaturais, como castigos divinos e maldições, que resultavam na exclusão das pessoas com deficiência da sociedade. Com o tempo, essas questões passaram a ser vistas como desvios biológicos, um avanço proporcionado pela medicina e ciência. Isso levou à transição da aceitação passiva da deficiência como “vontade de Deus” para a busca de tratamento, marcando o início da educação e reabilitação das pessoas com deficiência. No entanto, essa visão médica implicava que a deficiência era um problema individual que precisava ser corrigido para a integração social, ou seja, para que a pessoa com deficiência pudesse assumir seus papéis na sociedade sem que a sociedade mudasse (Pacheco; Alves, 2007).

Novos estudos e esforços pela inclusão de pessoas com deficiência impulsionaram uma mudança significativa de postura e pensamento sobre o tema. A Constituição de 1988 no Brasil, ao consagrar a dignidade da pessoa humana como princípio fundamental, influenciou a interpretação das normas e a criação de novas leis. Incorporando a Convenção da ONU sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência

de 2006, serviu de base para o surgimento do Estatuto da Pessoa com Deficiência em 2015. Este Estatuto promoveu mudanças legislativas em diversos instrumentos normativos, visando garantir a dignidade, autodeterminação e desenvolvimento pessoal, profissional e cognitivo das pessoas com deficiência. Apesar de legislações por si só não garantirem a efetividade de direitos, como não-discriminação e acessibilidade, representam um movimento expressivo em favor da transformação, pautado no respeito e igualdade de oportunidades (Rocha et al., 2020).

Deficiência é um conceito multidimensional e em evolução. Vai além do aspecto biológico, a que o senso comum geralmente o limita. A deficiência, na perspectiva social, é compreendida a partir da interação entre a pessoa e as barreiras ou elementos facilitadores que estejam nas atitudes dos sujeitos e, principalmente, na provisão de acessibilidade e tecnologia assistiva (Maior, 2017). Ainda de acordo com Maior (2017), a participação de pessoas com deficiência na vida comunitária é uma construção social, depende da responsabilidade da sociedade no processo de inclusão. Este conceito de deficiência supera as leis tradicionais baseadas somente no aspecto clínico, pois reconhece que as limitações funcionais de ordens físicas, mentais, intelectuais ou sensoriais podem ou não gerar restrições ao exercício de direitos, o que vai depender das barreiras sociais e culturais.

Com o crescimento dos estudos sobre deficiência e a luta por direitos, emergiu o modelo social da deficiência, que contrasta com o modelo biológico. Este modelo enfoca as interações entre a sociedade e as pessoas com limitações funcionais, reconhecendo-as como sujeitos de direitos, com autonomia para fazer suas escolhas e contando com os suportes sociais necessários. O objetivo do modelo social é transformar as condições existentes por meio de políticas públicas inclusivas, eliminando barreiras físicas, programáticas e atitudinais, para garantir acesso a serviços, lugares, informações e bens que promovam o desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional das pessoas com deficiência (Maior, 2017).

No Brasil, o protagonismo das pessoas com deficiência no controle social ganhou destaque entre 1979 e 1980, inicialmente integrando a luta pela redemocratização do país e por políticas públicas em saúde, trabalho e educação. Com o Ano Internacional das Pessoas Deficientes em 1981, começaram a lutar especificamente por seus direitos e necessidades, além de buscar uma abordagem que transcendesse as perspectivas médica e religiosa, exigindo do Estado políticas públicas que garantisse igualdade de oportunidades e direitos essenciais. Essa

mobilização visava também a visibilidade e inclusão social, bem como a autonomia das pessoas com deficiência. A participação ativa de pessoas com deficiência física e visual foi crucial para os avanços alcançados, incluindo a criação de Conselhos de Direitos das Pessoas com Deficiência em diferentes níveis de governo, a inserção do tema na Constituição de 1988, a promulgação da Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência em 1989 e o aumento de debates sobre a deficiência na interface dos direitos humanos (Silva; Oliver, 2019).

A legislação brasileira define a pessoa com deficiência como aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2015a). A Constituição Federal de 1988 garante a proteção e os direitos das pessoas com deficiência, assegurando igualdade e dignidade (Brasil, 1988, Art. 1º, III; Art. 3º, IV). A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, reforça esses direitos e estabelece mecanismos para assegurar a inclusão social e a cidadania plena das pessoas com deficiência (Brasil, 2015a). O Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, promulga a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, adotados pela ONU em 2006, reafirmando o compromisso do Brasil com a promoção e proteção dos direitos humanos das pessoas com deficiência (Brasil, 2009). Além disso, a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência (Brasil, 2000a), e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade (Brasil, 2000b).

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, os tipos de deficiência incluem: deficiência física, que abrange alterações completas ou parciais de um ou mais segmentos do corpo humano, resultando no comprometimento da função física; deficiência auditiva, que é a perda parcial ou total da capacidade de ouvir, variando em graus e tipos de comprometimento; deficiência visual, que inclui a cegueira, a baixa visão, a visão monocular e a surdocegueira; deficiência intelectual, caracterizada por um funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos 18 anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas; e deficiência múltipla, que consiste na associação de duas

ou mais deficiências. Definição dessas categorias é fundamental para compreensão das necessidades específicas de cada deficiência (Brasil, 2015).

A Lei nº 13.146/2015, apesar de sua importância para a sociedade brasileira e de seu alinhamento com o princípio da igualdade da Constituição Federal, apresenta falhas na sua generalidade. O principal problema reside na aplicação de um protocolo geral para todas as pessoas com deficiência, sem considerar suas necessidades específicas. Essa abordagem prejudica o atendimento adequado, pois as necessidades de um autista diferem das de um cadeirante, por exemplo, inviabilizando o objetivo principal da lei de assegurar o máximo desenvolvimento de cada indivíduo de diferentes deficiências (Santanna; Gomes, 2019).

As políticas afirmativas para pessoas com deficiência no Brasil visam principalmente o acesso ao mercado de trabalho e à educação. A Lei 8.112/1990 assegura a reserva de cargos nos concursos públicos, e a Lei 8.213/1991 determina que empresas com 100 ou mais empregados reservem de 2 a 5% dos cargos para pessoas com deficiência ou reabilitadas profissionalmente. Apesar dessas leis, a contratação ainda enfrenta resistência devido à discriminação e à falta de acessibilidade nos ambientes de trabalho, com algumas decisões judiciais perpetuando essa exclusão. Na educação, a Lei 9.394/1996 garante atendimento especializado e, em 2007, o MEC implementou uma política de educação inclusiva, exigindo recursos multifuncionais, acessibilidade nas instalações e transporte, e formação de professores para o atendimento das necessidades especiais. A inclusão na educação tem avançado, especialmente após a Resolução 04/2009, que garantiu a matrícula de estudantes com deficiência na rede regular de ensino. Contudo, dificuldades persistem devido à resistência, preconceito e falta de acessibilidade nas escolas, exigindo maior implementação e fiscalização para garantir a efetiva inclusão (Silva; Oliver, 2019).

Enquanto as políticas afirmativas são ações que permitem acesso das pessoas com deficiência aos direitos sociais como educação e trabalho, a Gestão da Diversidade e Inclusão - D&I, segundo Vasconcelos, Silva e Santos (2023), é essencial na administração de pessoas e envolve reconhecer e aceitar a diversidade, que abrange a pluralidade social de identidades, competências, crenças, ideologias, experiências, raça, etnia, gênero, habilidades cognitivas, classe social, orientação sexual, formação acadêmico-profissional, traços de personalidade e cultura. Equipes de trabalho não homogêneas são mais criativas e dialógicas, beneficiando-se da

diversidade de competências. Uma gestão inclusiva se concretiza pela inclusão efetiva, respeito às liberdades e singularidades, e promoção do sentimento de pertencimento e representatividade. Pertencimento é o sentimento de aceitação que permite às pessoas serem elas mesmas e se identificarem como parte de uma comunidade. A necessidade de pertencer é fundamental para a saúde emocional e social, e a exclusão social pode prejudicar tanto o indivíduo quanto o ambiente organizacional, afetando negativamente a produtividade.

Teixeira et al. (2021) complementa que a gestão da diversidade atenua desvantagens e amplia vantagens de equipes diversas, sendo crucial em um contexto globalizado e competitivo no qual a homogeneidade não é mais viável para as empresas. Assim, os discursos sobre diversidade e gestão passaram de uma questão de justiça social para uma questão de sobrevivência empresarial.

No entanto, estudos sobre a gestão da diversidade, mais especificamente nas pessoas com deficiência, foi identificado três dificuldades para inserção e gestão do trabalho dessas pessoas: as formas como os gestores vêem a deficiência, a adequação das condições e práticas de trabalho por parte das empresas e a necessidade de avaliar a satisfação das pessoas com deficiência inseridas no mercado. (Carvalho-Freitas, 2009, p. 123).

A inclusão social, trabalhista e educacional das pessoas com deficiência é um princípio que perpassa o ordenamento jurídico brasileiro e está em conformidade com as diretrizes internacionais estabelecidas pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Contudo, ainda há um longo caminho a percorrer para a plena efetivação desses direitos e para a construção de uma sociedade realmente inclusiva, que reconheça e valorize a diversidade humana em todas as suas dimensões.

2.2. Capacitismo

Estudos recentes definem capacitismo como a forma de tratamento das pessoas com deficiência como "incapazes", alinhando suas demandas a outras formas de discriminação, como racismo, sexismo e homofobia. A concepção capacitista está intimamente ligada à corponormatividade (padrões hegemônicos corporais e funcionais), que considera determinados corpos como inferiores, incompletos ou necessitando de reparação, refletindo a falta de conscientização sobre

a importância da inclusão e da acessibilidade para pessoas com deficiência (Mello, 2016).

Historicamente, essa visão capacitista tem suas raízes na biomedicina, que até recentemente via a deficiência como uma patologia resultando em "incapacitação" social, intelectual e de autonomia pessoal. De acordo com Mello (2016), as crenças e práticas capacitistas têm profundas raízes na civilização greco-romana, no qual o infanticídio de crianças com deficiência era comum por razões econômicas ou por considerações de viabilidade social, refletindo um ideal eugênico de corporeidade grega ainda enraizado na sociedade.

Campbell afirma que capacitismo é:

uma rede de crenças, processos e práticas que produzem um tipo particular de self e corpo (o padrão corporal) que é projetado como o perfeito, típico da espécie e, portanto, essencial e totalmente humano. A deficiência é considerada um estado diminuído do ser humano (Campbell, 2001, p. 44)

Linton acrescenta que esta definição "também inclui a ideia de que as habilidades ou características de uma pessoa são determinadas pela deficiência ou que as pessoas com deficiência como um grupo são inferiores às pessoas sem deficiência" (Linton, 1998, p. 9).

O capacitismo também é uma forma de organização social e política que classifica e valoriza os corpos com base em suas funcionalidades e capacidades. Pessoas com deficiência são vistas como incapazes e inadequadas, comparadas a um corpo "capaz" considerado normativo. O capacitismo se manifesta por meio de atitudes preconceituosas que hierarquizam os indivíduos conforme a conformidade de seus corpos com ideais de beleza e funcionalidade. Essa política da aparência marginaliza aqueles que não podem atender a esses padrões. Além disso, o capacitismo é amplamente aceito e raramente questionado, pois é percebido como um sinônimo de progresso social dentro do contexto neoliberal (Gesser; Moraes, 2023).

A eugenia foi um dos pilares do capacitismo. Emergida no final do século XIX e início do século XX, foi um movimento que buscava resolver o que era percebido como uma crise na humanidade: a reprodução de pessoas com deficiências mentais e físicas. Conhecida como a "ciência do bem-nascido", a eugenia visava "melhorar" geneticamente a raça humana. Este movimento dividia-se em eugenia positiva e negativa. A eugenia positiva incentivava pessoas consideradas geneticamente

superiores a terem muitos filhos saudáveis, enquanto a eugenia negativa implementava práticas e leis para impedir a reprodução de pessoas com características genéticas vistas como indesejáveis. Entre os alvos dessas medidas estavam pessoas com deficiência, pobres, não brancas, profissionais do sexo, imigrantes não ocidentais e residentes de áreas rurais (Gesser; Block; Mello, 2020).

A eugenia também desempenhou um papel crucial na ideologia nazista, no qual foi usada para justificar o genocídio de pessoas com deficiência e, subsequente, o extermínio dos judeus. Médicos alemães participaram ativamente desse genocídio, fundamentado em teorias eugenistas do final do século XIX e início do século XX. Essas teorias consideravam pessoas com deficiência como indignas de viver, promovendo sua eliminação como um ato de misericórdia. O trabalho de Karl Binding e Alfred Hoche, publicado em 1920, profissionalizou e medicalizou a ideia de "vida indigna", justificando a eliminação de crianças e adultos com deficiência como um "tratamento de cura". Essas ideias foram apropriadas pelo regime nazista para legitimar o extermínio de grupos considerados inferiores (Gesser; Moraes, 2023).

Ainda no contexto internacional, a eugenia inspirou diferentes programas, como o que ocorreu na década de 1920, em que o grupo intitulado Eugenics Record Office em Cold Spring Harbor, Nova Iorque, desenvolveu diretrizes específicas para a esterilização de pessoas consideradas "problemáticas" para a genética humana. Este escritório financiou diversos estudos sobre populações com essas características e criou uma lei de esterilização que influenciou a legislação de mais de vinte estados nos Estados Unidos. A lei visava a esterilização forçada de diversas classes socialmente inadequadas, incluindo pessoas com deficiências mentais e físicas, doenças crônicas, comportamentos criminais, dependências e condições de pobreza. Esse modelo serviu de inspiração para a Alemanha nazista (Gesser; Block; Mello, 2020).

As ofensivas capacitistas reforçam historicamente a visão de que pessoas com deficiência são incapazes de realizar atividades cotidianas, como trabalhar e estudar, ao se basear no ideal de um sujeito universal. Elas consideram a deficiência como um problema individual e familiar, decorrente de uma patologia orgânica, que deve ser evitada, curada ou caritativamente assistida, ou mesmo eliminada por meio de práticas segregacionistas. Essas ações, apesar dos avanços legais, continuam a marginalizar pessoas com deficiência, relacionando-se à eugenia e ao medo de uma sociedade "aleijada". A narrativa de deficiência como tragédia individual e fardo social

promove a educação segregada, o desinvestimento em escolas acessíveis e a revogação de políticas de atenção psicossocial, aumentando a exclusão social. As ofensivas capacitistas estão intrinsecamente ligadas ao neoliberalismo, que valoriza a autossuficiência e precariza a vida das pessoas com deficiência, especialmente as que vivem na pobreza e dependem de políticas sociais para obter os serviços necessários para uma vida digna (Gesser; Moraes, 2023).

Com a sociedade construída diante de diversas ofensivas capacitistas, foi desenvolvido também o capacitismo internalizado. Segundo Fiona Campbell (2001), o conceito de capacitismo internalizado refere-se ao fenômeno em que pessoas com deficiência internalizam atitudes e crenças capacitistas predominantes na sociedade, resultando em um sentimento de ódio ou desprezo por si mesmas devido à sua condição. Similar ao racismo internalizado, o capacitismo internalizado não é produto de um único evento, mas de uma série de experiências cumulativas e recorrentes que reforçam a opressão. A internalização desse preconceito é facilitada por uma estratégia dupla: o distanciamento entre as pessoas com deficiência e a emulação, por parte destas, das normas capacitistas que desvalorizam e estigmatizam a deficiência, vendo-a mais como uma condição a ser tolerada do que celebrada como parte da diversidade humana. Não obstante, pessoas com deficiência trabalham sob a dor e o peso da violência que é epistêmica, psíquica, ontológica e física.

O capacitismo também produziu ramificações para preconceitos contra pessoas com deficiências específicas, como o audismo e a psicofobia. O primeiro, segundo a Hora (2020), foi cunhado em 1975 pelo surdo Tom Humphries, enquanto realizava uma pesquisa na Universidade Gallaudet, para descrever os esforços de indivíduos ou da comunidade ouvinte para dominar os surdos, resultando em uma relação de opressão linguística e cultural. Baseado nos termos sexismo e racismo, o audismo reflete as experiências de controle exercido pelos ouvintes sobre as pessoas surdas. Enquanto a psicofobia, de acordo com Nagai e Ebaid (2020), refere-se ao preconceito ou discriminação contra pessoas com transtornos ou deficiências mentais. Este tipo de discriminação não tinha um nome específico até que a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) o adotou. Em reconhecimento a essa luta, o dia 12 de abril foi estabelecido como o Dia Nacional de Enfrentamento à Psicofobia.

Para estabelecer práticas visando uma sociedade anticapacitista, Gesser, Block e Mello (2020) afirmam que é essencial adotar uma perspectiva interseccional e emancipatória nas pesquisas e práticas profissionais voltadas às pessoas com

deficiência. Isso implica reconhecer e superar hierarquias de opressão sustentadas pelo capitalismo neoliberal e pela corponormatividade, levando em consideração como a deficiência transversa com questões de gênero, sexualidade, raça, idade e classe social, para promover a inclusão e a capacidade de agência dessas pessoas. Adicionalmente, Gesser e Moraes (2023) pontuam que é necessário “rompermos com os binarismos como deficiente/capaz, doente/saudável. Romper com esses binarismos é um passo fundamental para que as corporalidades múltiplas possam ser acolhidas e celebradas como parte da diversidade humana”.

2.3. Acessibilidade

A acessibilidade para pessoas com deficiência é um direito assegurado pela legislação brasileira, definida como a possibilidade e condição de alcance e utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, incluindo seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, tanto na zona urbana quanto na rural. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, estabelece normas e critérios gerais para a promoção da acessibilidade e identifica as barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência. Estas barreiras são descritas como qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade (Brasil, 2015).

O Estatuto detalha as seguintes categorias de barreiras e suas definições constantes no quadro 1:

Quadro 1: Categorias de barreiras e suas definições

Categorias	Definição
Barreiras Urbanísticas	"Obstáculos presentes nas vias e nos espaços públicos urbanos, como calçadas, praças, parques e demais áreas de circulação e lazer".
Barreiras Arquitetônicas	"Impedimentos físicos presentes nos edifícios públicos e privados, que dificultam ou impedem o acesso, a mobilidade e a utilização desses espaços pelas pessoas com deficiência".
Barreiras nos Transportes	"Dificuldades encontradas nos sistemas de transporte público ou privado, que podem impedir ou dificultar a mobilidade das pessoas com deficiência".
Barreiras nas Comunicações e na Informação	"Obstáculos que impedem ou dificultam o acesso, a compreensão e a disseminação de informações, incluindo meios de comunicação, tecnologias de informação e comunicação acessíveis".
Barreiras Atitudinais	"Comportamentos, práticas e atitudes discriminatórias que estigmatizam ou marginalizam as pessoas com deficiência, dificultando sua plena participação na sociedade".
Barreiras Tecnológicas	"Tecnologias que não são projetadas de forma acessível, impedindo ou dificultando o uso por pessoas com deficiência".
Barreiras Programáticas	"Aqueles encontradas em políticas, programas e práticas institucionais que não levam em consideração as necessidades específicas das pessoas com deficiência, resultando em exclusão ou marginalização".

Fonte: Brasil (2015)

As barreiras de acessibilidade e a discriminação também atinge servidores com deficiência lotados nessas instituições de ensino superior, visto que o quantitativo de servidores públicos com deficiência também é baixíssimo. Segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS 2017, apenas 1,7% dos servidores ativos na administração pública indireta da região nordeste tinham alguma deficiência (Carvalho, Lima e Viola, 2020).

A falta de acessibilidade atitudinal refere-se às atitudes de exclusão e discriminação que funcionam como barreiras invisíveis, dificultando a inclusão social das pessoas com deficiência. Essas barreiras incluem discriminação, estigmas, estereótipos e preconceitos, muitas vezes inconscientes e difíceis de reconhecer. As atitudes da sociedade podem tanto facilitar quanto obstruir a inclusão social, ignorando os verdadeiros potenciais das pessoas com deficiência. A falta de acessibilidade leva essas pessoas a se sentirem marginalizadas, causando perturbações de autoestima e comportamento, perpetuando a segregação social. Essas barreiras podem ser

praticadas por qualquer indivíduo, independentemente de ter ou não uma deficiência, criando situações de desconforto e exclusão para ambas as partes (Ponte; Silva, 2015).

Nesse sentido, as barreiras atitudinais para as pessoas com deficiência representam uma forma de violência simbólica, resultante da naturalização de ações pelos atores sociais e instituições, bem como do desconhecimento jurídico que deveria amparar essas pessoas. Essas barreiras manifestam-se por meio da falta de conhecimento sobre as competências e necessidades das pessoas com deficiência, e dos direitos que visam atender a essas necessidades. Caracterizam como barreira atitudinal comportamentos discriminatórios, atitudes grosseiras e a falta de sensibilização e interesse dos profissionais em relação às demandas específicas desse grupo (Araújo; Araújo; Ponte, 2018).

Para a superação das barreiras tecnológicas, as Tecnologias Assistivas são essenciais. Segundo Miguel e Cardoso (2022), trata-se de uma área interdisciplinar que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços voltados para promover a funcionalidade, autonomia, independência, qualidade de vida, acessibilidade e inclusão social de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Esses recursos, por si só, não garantem inclusão; são as ações derivadas do seu uso que possibilitam a verdadeira inclusão. Para desenvolver produtos e serviços eficazes, é essencial ouvir os usuários e a comunidade sobre suas necessidades e sugestões. No Brasil, a sistematização do conceito de Tecnologia Assistiva é recente e está em fase de construção, avançando com a criação do Comitê de Ajudas Técnicas (CAT) da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH).

Araújo, Araújo e Ponte (2018) identificaram a existência de barreiras organizacionais no contexto dos serviços de saúde, definidas como obstáculos estruturais e operacionais que dificultam o acesso adequado e eficiente das pessoas aos serviços oferecidos por uma organização. Entre essas barreiras estão a demora no tempo de espera para marcação de consultas, filas extensas para atendimento, elevado tempo de espera durante o atendimento, e a ausência de atendimento prioritário. Além disso, a falta de capacitação e despreparo dos profissionais, bem como a insuficiência de profissionais de saúde, especialmente médicos, constituem entraves significativos ao acesso aos serviços. Essas barreiras organizacionais evidenciam a necessidade de reestruturação das instituições de saúde, incluindo a

contratação de profissionais suficientes e a implementação de programas de educação permanente para garantir atendimento inclusivo e respeitoso às demandas da população, especialmente das pessoas com deficiência.

Essas barreiras, como delineado no Estatuto, sublinham a importância de criar um ambiente inclusivo que permita a plena participação das pessoas com deficiência na sociedade. A remoção dessas barreiras é crucial para promover a igualdade de oportunidades e garantir que as pessoas com deficiência possam exercer plenamente seus direitos (Brasil, 2015).

O Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, também regulamenta a acessibilidade ao detalhar os critérios de adaptação de espaços públicos e privados de uso coletivo, assegurando que todos os cidadãos, independentemente de suas limitações, possam exercer plenamente seus direitos. Além disso, a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade, incluindo a eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, na comunicação e no transporte (Brasil, 2000; Brasil, 2004).

No Brasil, a partir de 1994, com a assinatura da Declaração de Salamanca, as demandas por acessibilidade se intensificaram e passaram a ser parte essencial dos pleitos por políticas públicas inclusivas. Esse documento, fundamental para a formulação e reforma de políticas educacionais, levou os países signatários, incluindo o Brasil, a assumir a responsabilidade por essas demandas, que eram necessárias, mas se tornaram mais veementemente exigidas pela sociedade civil organizada e pelos movimentos sociais relacionados às pessoas com deficiência. A Lei nº 10.098/2000 estabelece normas e critérios básicos para promover a acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. O termo "acessibilidade" surgiu no final da década de 1940 com os serviços de reabilitação física e profissional e, na década de 1950, identificou-se a necessidade de eliminar barreiras arquitetônicas que dificultavam a independência das pessoas com deficiência. Com o tempo, o conceito de acessibilidade se expandiu para incluir dimensões arquitetônicas, metodológicas, programáticas, comunicacionais, instrumentais e atitudinais (Pimentel; Pimentel, 2017).

Diante disso, é necessário pensar sobre desenho universal. O conceito de Desenho Universal refere-se à criação de ambientes, equipamentos e objetos que possam ser utilizados por todas as pessoas, independentemente de idade, peso ou limitações temporárias ou permanentes. Originalmente, a acessibilidade era entendida

como a remoção de barreiras arquitetônicas para indivíduos com deficiência ou dificuldades de locomoção. No entanto, o Desenho Universal amplia esse conceito, visando à inclusão social de todos. Este modelo considera as necessidades específicas que surgem ao longo das diferentes fases da vida, como as dimensões corporais das crianças, as dificuldades temporárias enfrentadas por adultos em situações como gravidez ou imobilização de membros, e as limitações físicas associadas à idade avançada. A premissa do Desenho Universal é criar ambientes seguros e autônomos para todos, sem a necessidade de adaptações especiais. Dessa forma, beneficia não apenas pessoas com deficiência, mas toda a sociedade, proporcionando um uso inclusivo e aprimorado dos espaços cotidianos (Pimentel; Pimentel, 2017).

3. METODOLOGIA

A metodologia apresentada nos próximos tópicos descreve as características da pesquisa e os procedimentos adotados para alcançar os quatro primeiros objetivos mencionados. Além disso, aborda o conceito de cada um desses procedimentos, destacando sua importância e relevância para as pesquisas realizadas.

3.1. Caracterização da pesquisa

Esta pesquisa é de natureza aplicada. Quanto aos objetivos é exploratório-descritiva, e quanto à abordagem é qualitativa. Quanto aos procedimentos técnicos: bibliográfica (mapeamento sistemático de literatura), documental e estudo de caso.

3.2. Procedimentos para alcançar os objetivos

3.2.1. Procedimentos para alcançar o objetivo específico 1: pesquisa bibliográfica

A pesquisa bibliográfica é realizada com base em materiais publicados, como livros e artigos científicos. Embora seja uma etapa comum em diversos estudos, algumas pesquisas são desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas, especialmente em estudos exploratórios ou sobre ideologias e diferentes posições sobre um problema. Esse tipo de pesquisa segue várias etapas, que podem variar

como o problema e o nível de conhecimento do pesquisador. Entre essas etapas estão a escolha do tema, levantamento bibliográfico, formulação do problema, busca de fontes, leitura, fichamento e redação do texto (Gil, 2002).

Busca por conceituar as principais questões que envolvem a inclusão social das pessoas com deficiência, capacitismo e acessibilidade foi baseada em sua maioria nos artigos científicos, sendo complementado por legislações específicas vigentes, obtidas por meio de busca na internet. De acordo com Gil (2002), Periódicos são publicações regulares ou irregulares, compostas por vários autores, que abordam temas diversos, mas com um objetivo específico. Jornais e revistas são as principais formas de periódicos, com as revistas sendo uma importante fonte bibliográfica, oferecendo análises mais profundas em comparação com os jornais. A pesquisa bibliográfica amplia o alcance do pesquisador, permitindo o acesso a dados dispersos, o que seria difícil de obter diretamente. É também essencial em estudos históricos, pois muitas vezes não há outra forma de conhecer fatos passados além das fontes bibliográficas. Em relação a internet, é um dos principais meios de acesso à informação, mas o excesso de conteúdo exige ferramentas de busca eficientes. Existem três tipos de sistemas de busca: mecanismos de busca, que utilizam programas para indexar páginas da web e permitem pesquisas por palavras-chave; diretórios, em que humanos organizam os sites em categorias, facilitando a busca por filtros; e mecanismos de metabusca, que realizam pesquisas simultâneas em vários sites de busca, otimizando o tempo e a precisão dos resultados.

Os quadros 2, 3 e 4 explicitam os conceitos abordados em cada item da fundamentação teórica e seus autores:

Quadro 2: Conceitos abordados na fundamentação teórica referente a Inclusão social das pessoas com deficiência

Conceitos	Autores
Conceito de Inclusão Social	Paiva; Bendassolli (2017); Silva; Oliver (2019)
História e evolução	Paiva; Bendassolli (2017); Pacheco; Alves (2007)
Legislação e Direitos	Rocha et al. (2020); Brasil (2015a); Brasil (2000a); Brasil (2000b)
Tipos de cada Deficiência	Maior (2017)
Políticas Afirmativas	Silva; Oliver (2019)
Gestão da Diversidade e Inclusão	Vasconcelos, Silva e Santos (2023); Teixeira et al. (2021)
Fonte: Elaborado pelo autor (2024)	

Quadro 3: Conceitos abordados na fundamentação teórica referente ao capacitismo

Conceitos	Autores
Conceito de capacitismo	Campbell (2001); Linton (1998); Mello (2016)
Raízes históricas e biomedicina	Gesser; Moraes (2023);
Eugenia	Gesser; Block; Mello (2020); Gesser; Moraes (2023)
Audismo	Hora (2020)
Psicofobia	Nagai e Ebaid (2020)
Fonte: Elaborado pelo autor (2024)	

Quadro 4: Conceitos abordados na fundamentação teórica referente à Acessibilidade

Conceitos	Autores
Definição e importância da acessibilidade	Brasil (2015); Brasil (2000); Brasil (2004); Pimentel; Pimentel (2017)
Barreiras de Acessibilidade	Brasil (2015); (CARVALHO, LIMA e VIOLA, 2020)
Barreiras Atitudinais	Ponte; Silva (2015); Araújo; Araújo; Ponte (2018)
Tecnologias Assistivas	Miguel e Cardoso (2022)
Desenho Universal	Pimentel; Pimentel (2017)
Fonte: Elaborado pelo autor (2024)	

3.2.2. Procedimentos para alcançar o objetivo específico 2: Mapeamento sistemático de literatura

Esta pesquisa possui design qualitativo, por decorrência da natureza dos dados obtidos nos documentos primários (artigos revisados por pares) e configurações de análise.

O conteúdo a ser analisado (analisável) nesses documentos compreendem: resultados de pesquisas, entendimentos / pontos de vistas, experiências, relatos, vivências, conhecimentos dentre outras unidades de análise.

Essa proposta de pesquisa é de cunho exploratório-descritiva, pois por esse método (RS), apesar das expectativas geradas, não tem um resultado certo ou, de fato, conhecido, afinal, o campo é dinâmico. O estudo, da forma como foi planejado, compreende objetivos exploratórios e descritivos. Para concreção desses objetivos,

(...)a RS utiliza uma metodologia com questões claramente desenhadas e métodos para identificar e avaliar criticamente as pesquisas de grande relevância, seguida pela organização e análise de dados dos estudos que serão incluídos na revisão. (Roever, 2020, p.1)

As revisões sistemáticas são levantamentos estruturados, cuja ação nuclear

é a sumarização evidências, o que compreende tanto os dados como as suas análises. As sínteses entregues não são isentas de crítica ou de um juízo lógico, revelando tendências, inovações, debates necessários, lacunas de pesquisa, oportunidades de desenvolvimento etc. São relatos rigorosos, adequadamente circunstanciados. “Nos dias atuais, a revisão sistemática é considerada uma maneira mais racional e menos tendenciosa de organizar, avaliar e integrar as evidências científicas.” (Roever, 2020, p.1).

Considerando tratar-se de uma pesquisa parametrizada e com razões impessoais, os principais vieses são afastados. Realmente, “uma RS limita o viés dos estudos existentes, e também melhora a confiabilidade e a precisão das recomendações, por meio da combinação de informações de estudos individuais.” (Roever, 2020, p.1).

Em relação ao mapeamento sistemático, é um tipo de estudo de pesquisa projetado para fornecer uma visão geral ampla de uma área específica. Seu principal objetivo é determinar a existência de evidências de pesquisa sobre um tópico e avaliar a quantidade de evidência disponível. A análise resultante não costuma incluir técnicas aprofundadas, como meta-análise, mas sim um resumo geral dos resultados e possíveis representações gráficas. Os resultados de um mapeamento sistemático podem ser usados para identificar áreas apropriadas para futuras revisões sistemáticas ou estudos primários, direcionar recursos de pesquisa de maneira mais eficaz e influenciar o direcionamento de pesquisas futuras. (Kitchenham; Charters, 2007).

Para a realização do presente estudo, será adotado o checklist para Relato de Revisão Sistemática apresentado por Roever (2020, pp.1-3), reproduzido no quadro 5.

Quadro 5: Checklist para Relato de Revisão Sistemática (Continuação)

Seção/tópico	Nº.	Item do <i>checklist</i>
TÍTULO		
Título	1	Identifique o artigo como uma revisão sistemática, metanálise ou ambos.
RESUMO		
Resumo estruturado	2	Apresente um resumo estruturado incluindo, se aplicável: referencial teórico; objetivos; fonte de dados; critérios de elegibilidade; participantes e intervenções; avaliação do estudo e síntese dos métodos; resultados; limitações; conclusões e implicações dos achados principais; número de registro da revisão sistemática.
INTRODUÇÃO		
Racional	3	Descreva a justificativa da revisão no contexto do que é conhecido.
Objetivos	4	Apresente uma afirmação explícita sobre as questões abordadas com referência a participantes, intervenções, comparações, resultados e desenho de estudo (PICOS).
MÉTODOS		
Protocolo e registro	5	Indique se existe um protocolo de revisão, se e em que pode ser acessado (p. ex., endereço eletrônico), e, se disponível, forneça informações sobre o registro da revisão, incluindo o número de registro.
Critérios de elegibilidade	6	Especifique características do estudo (p. ex., PICOS, extensão do seguimento) e características dos relatos (p. ex., anos considerados, idioma, se é publicado) usadas como critérios de elegibilidade, apresentando justificativa
Fontes de informação	7	Descreva todas as fontes de informação na busca (p. ex., base de dados com datas de cobertura, contato com autores para identificação de estudos adicionais) e data da última busca.
Busca	8	Apresente a estratégia completa de busca eletrônica para pelo menos uma base de dados, incluindo os limites utilizados, de forma que possa ser repetida.
Seleção dos estudos	9	Apresente o processo de seleção dos estudos (isto é, busca, elegibilidade, os incluídos na revisão sistemática e, se aplicável, os incluídos na metanálise).
Processo de coleta de dados	10	Descreva o método de extração de dados dos artigos (p. ex., formas para piloto, independente, em duplicata) e todos os processos para obtenção e confirmação de dados dos pesquisadores.

Quadro 5: Checklist para Relato de Revisão Sistemática (Continua)

Lista dos dados	11	liste e defina todas as variáveis obtidas dos dados (p. ex., PICOS, fontes de financiamento) e quaisquer referências ou simplificações realizadas.
Risco de viés em cada estudo	12	Descreva os métodos usados para avaliar o risco de viés em cada estudo (incluindo a especificação se foi feito durante o estudo ou no nível de resultados), e como esta informação foi usada na análise de dado.
Medidas de sumarização	13	Defina as principais medidas de sumarização dos resultados (p. ex., risco relativo, diferença média).
Síntese dos resultados	14	Descreva os métodos de análise dos dados e combinação de resultados dos estudos, se realizados, incluindo medidas de consistência (p. ex., I ² para cada metanálise).
Risco de viés entre estudos	15	Especifique qualquer avaliação do risco de viés que possa influenciar a evidência cumulativa (p. ex., viés de publicação, relato seletivo nos estudos).
Análises adicionais	16	Descreva os métodos de análise adicional (p. ex., análise de sensibilidade ou análise de subgrupos, metarregressão), se realizados, indicando quais foram pré-especificado.
RESULTADOS		
Seleção de estudos	17	Apresente números dos estudos rastreados, avaliados para elegibilidade e incluídos na revisão, razões para exclusão em cada estágio, preferencialmente por meio de gráfico de fluxo.
Características dos estudos	18	Para cada estudo, apresente características para extração dos dados (p. ex., tamanho do estudo, PICOS, período de acompanhamento) e apresente as citações.
Risco de viés em cada estudo	19	Apresente dados sobre o risco de viés em cada estudo e, se disponível, alguma avaliação em resultados (ver item 12).
Resultados de estudos individuais	20	Para todos os resultados considerados (benefícios ou riscos), apresente para cada estudo: (a) sumário simples de dados para cada grupo de intervenção; e (b) efeitos estimados e intervalos de confiança, preferencialmente por meio de gráficos de floresta.
Síntese dos resultados	21	Apresente resultados para cada metanálise feita, incluindo intervalos de confiança e medidas de consistência.
Risco de viés entre estudos	22	Apresente resultados da avaliação de risco de viés entre os estudos (ver item 15).

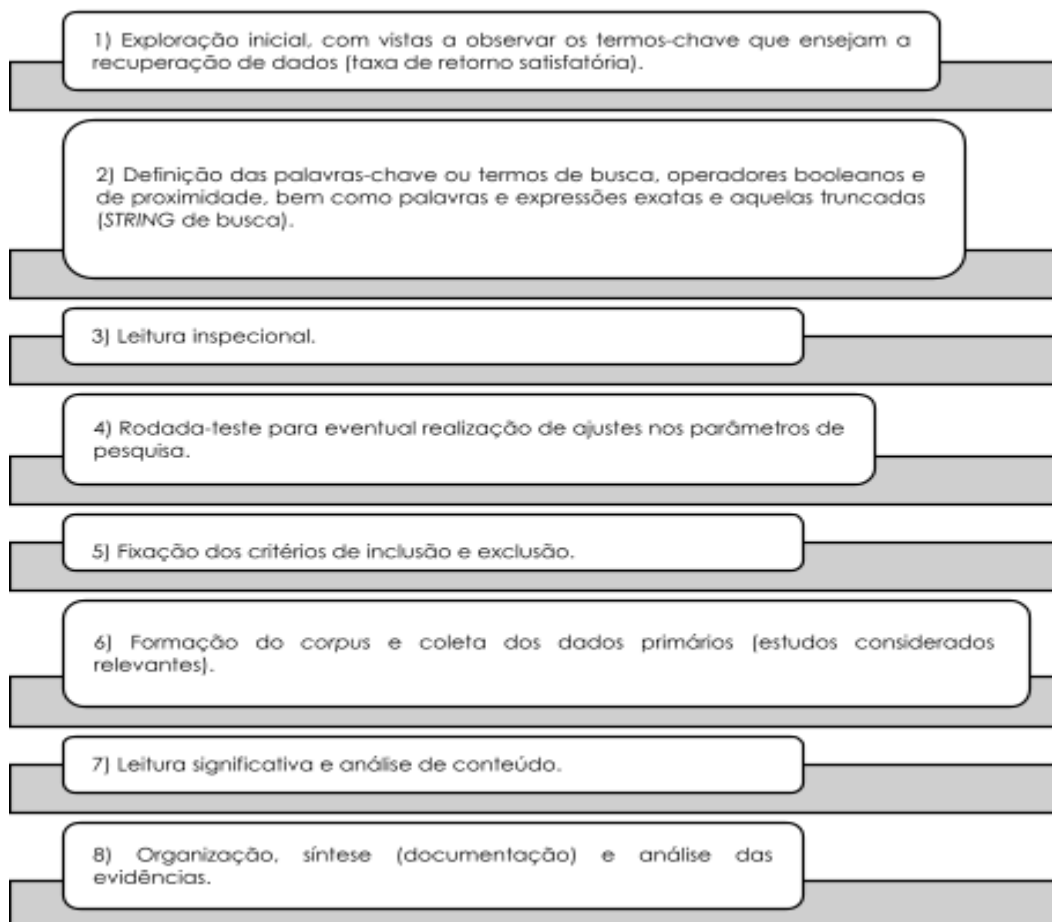
Quadro 5: Checklist para Relato de Revisão Sistemática (Conclusão)

Análises adicionais	23	Apresente resultados de análises adicionais, se realizadas (p. ex., análise de sensibilidade ou subgrupos, metarregressão [ver item 16]).
DISCUSSÃO		
Sumário da evidência	24	Sumarize os resultados principais, incluindo a força de evidência para cada resultado; considere sua relevância para grupos-chave (p. ex., profissionais da saúde, usuários e formuladores de políticas).
Limitações	25	Discuta as limitações no nível dos estudos e dos desfechos (p. ex., risco de viés) e no nível da revisão (p. ex., obtenção incompleta de pesquisas identificadas, viés de relato).
Conclusões	26	Apresente a interpretação geral dos resultados no contexto de outras evidências e implicações para futuras pesquisas.
FINANCIAMENTO		
Financiamento	27	Descreva as fontes de financiamento para a revisão sistemática e outros suportes (p. ex., suprimento de dados), papel dos financiadores na revisão sistemática.

Fonte: Roever (2020, p.1-3).

A investigação será desenvolvida com base no protocolo adotado pelo GEPDT – Grupo de estudos e pesquisas em Direito do trabalho do CNPQ certificado pela UFRPE, ilustrado na figura 1.

Figura 1: Protocolo de Revisão sistemática de literatura



Fonte: Vasconcelos, Silva, Santos e Silva (2023, p.92)

Quadro 6: Parâmetros de coleta (Continuação)

PARÂMETROS	DECISÕES METODOLÓGICAS
Base de dados (interdisciplinar)	SCOPUS (Elsevier)
Documento (s) de coleta	Artigos publicados (selecionados por avaliação dupla-cega).
Natureza das pesquisas	Qualitativas, quantitativas e mistas.
Termos-chave ou <i>string</i> de busca	Pessoas com deficiência; Pessoa com deficiência; People with disability; Person with disability; Persons with disability; Persona con discapacidad; Personas con discapacidad; Personne handicapées; Personnes handicapées
Subject Area	Social Science; Psychology; Business, Managemet and accounting; Economics, Econometrics and Finance
PARÂMETROS DE REFINAMENTO	
PARÂMETROS	DECISÕES
Idiomas	Inglês, português, espanhol e francês
Acesso	Aberto

Quadro 6: Parâmetros de coleta (Conclusão)

Tipo de documento	Artigo
Estágio da publicação	Final
Período	2018 a 2023.
Critérios de inclusão	A coerência e alinhamento entre a questão problematizante e os documentos primários recuperados na base de dados Scopus; a análise de confiabilidade; o respaldo teórico-metodológico; a posição no <i>ranking</i> de citações na base de dados; a profundidade das discussões de resultados e qualidade das contribuições.
Questões da revisão	RS 1 - Quais as principais discussões, lacunas, achados e contribuições? RS 2 - Quais as delimitações dos trabalhos amostrados? Há recorrência? Qual a justificativa utilizada para a frequência de abordagem? RS3 – Quais as interseccionalidades temáticas (interfaces, entrecruzamentos)? RS 4 - Quais os nichos revelados para pesquisas futuras? RS 5 - Os nichos revelados são repercutidos nos preprints publicados (se houver)? E os nichos percebidos? RS 6 – As lacunas ou nichos estão alinhadas a demandas sociais?
Método de análise de dados	Análise de conteúdo, na modalidade categorial temática.
Macrocategorias ou dimensões de análise (eixo 1)	Dimensões conceituais, metodológicos, sociais, legais e políticos
Software de mapeamento e análise dos dados	SCIMAT e Vosviewer.

Fonte: Processo de pesquisa (2024).

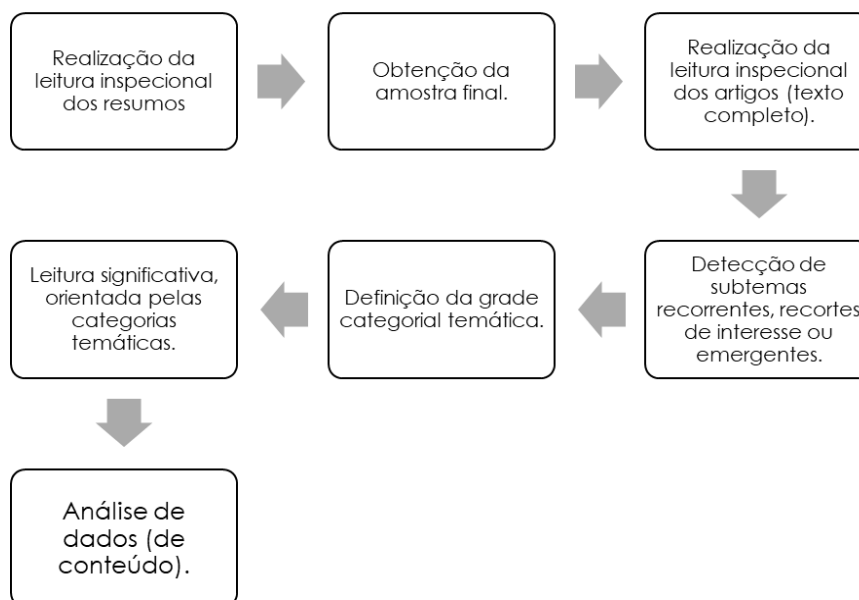
A data de corte definida, como destacado no quadro 5, foi o período de 2023, não obstante o levantamento preliminar tenha sido realizado em 12/06/2024. A análise de trabalhos após 2023 tem o objetivo de verificar a consistência dos acenos verificados nos trabalhos que compuseram o corpus empiricus da proposta (análise de consistência).

No que se refere ao poder de síntese, abrangência e também limites do estudo, é importante ressaltar que esta proposta não promete representatividade.

Tampouco toda investigação científica se converte em publicação. Ademais, não há garantias de que o periódico que acolheu o estudo seja indexado na base de dados utilizada na pesquisa. A faixa de grey literature (literatura fugitiva) é imprecisa. A produção científica sobre qualquer tema, recorrentemente escapa aos sensores ou

parâmetros definidos. Esta é, sem dúvidas, uma limitação do estudo. (Pursell e Mccrae, 2020; Vasconcelos, Silva, Santos e Silva, 2023).

Figura 2: Processo de leitura dos documentos primários



Fonte: Vasconcelos (2024)

A análise de conteúdo categorial temática (conjunto de temas e subtemas) norteia a leitura dos documentos, oferecendo um filtro de foco. Esses temas e subtemas emergem do levantamento preliminar de literatura e das evidências obtidas por meio das leituras inspecionais, qual seja, de reconhecimento.

3.2.2.1 Escolha da base de dados

As bases de dados, acessíveis via internet por meio de assinaturas de bibliotecas, permitem ao usuário realizar buscas por assunto, periódico ou palavras-chave. Algumas bases fornecem apenas referências bibliográficas e resumos, semelhantes aos periódicos de indexação. Outras oferecem textos completos de livros, teses, artigos, relatórios de pesquisa e outras fontes (Gil, 2002). A base de dados escolhida foi a Scopus/Elsevier.

A Scopus é a maior base de dados de resumos e citações de literatura revisada por pares, abrangendo revistas científicas, livros e anais de conferências.

Oferecendo uma visão abrangente da produção científica mundial nas áreas de ciências, tecnologia, medicina, ciências sociais, artes e humanidades, a Scopus dispõe de ferramentas inteligentes para rastrear, analisar e visualizar pesquisas. À medida que a pesquisa se torna cada vez mais global, interdisciplinar e colaborativa, a Scopus garante que as pesquisas essenciais de todo o mundo não sejam ignoradas. É usada por mais de 3.000 instituições acadêmicas, governamentais e corporativas ao redor do mundo, sendo a principal fonte de dados que apoia o portfólio de inteligência de pesquisa da Elsevier. Ela fornece uma visão ampla e interdisciplinar da informação científica global, essencial para pesquisadores, professores e estudantes em diversas áreas do conhecimento. Além disso, suas ferramentas permitem não apenas encontrar resultados precisos, mas também descobrir tendências, fontes, colaboradores e realizar análises que geram novos resultados das pesquisas. Além disso, também permite que os usuários baixem base de dados pesquisada de acordo com *strings* em diferentes formatos, podendo ser CSV. (Comma-separated values), RIS. (Research Information Systems) e entre outros, o que permite que sejam utilizados em softwares de revisão ou mapeamento sistemáticos de literatura como Scimat e Vosviewer, por exemplo.

3.2.2.2 Escolha dos termos-chave

A escolha dos termos-chave se deve pela abrangência da temática, sem especificar as deficiências de forma isolada. Esses termos foram inseridos para pesquisa na base de dados da Scopus/Elsevier, buscando pelos títulos, resumos e palavras-chave dos documentos, limitadas em forma de artigos, publicados entre os anos 2018 a 2023, nas línguas português, inglês, espanhol e francês, de acesso aberto. Foram suficientemente amplas para permitir uma compreensão inicial do quantitativo de estudos relacionados às pessoas com deficiência. Toda essa pesquisa foi pesquisada separadamente por cada área: Ciências Sociais, Psicologia, Negócios, Gestão e Contabilidade e Ciências Econômicas, Econometria e Finanças. A tabela 1 demonstra o resultados por área após pesquisa por termos-chave na base do Scopus:

Tabela 1: Número de artigos obtidos em cada área

Área	Número de artigos
Social Science	4.705
Psicology	1.959
Business, Managemet and accounting	356
Economics, Econometrics and Finance	182
Total	7.202

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

3.2.2.3. Análise Bibliométrica

A análise bibliométrica, ou mapeamento da ciência, é uma representação espacial que revela como disciplinas, áreas de pesquisa, especialidades e autores estão interligados. Esse processo é focado em monitorar um campo científico, delimitando áreas de pesquisa para entender sua estrutura cognitiva e evolução. O objetivo principal é exibir os aspectos estruturais e dinâmicos da pesquisa científica, identificando elementos-chave, como documentos, autores, instituições e tópicos dentro de uma área de interesse (Cobo et al, 2011).

Existem diversos softwares usados para realizar esse tipo de análise, alguns mais generalistas e outros específicos para mapeamento da ciência (como VOSviewer). Entretanto, nenhum software sozinho abrange todas as etapas do processo, que incluem: 1) Recuperação de dados; 2) Pré-processamento; 3) Extração de redes; 4) Normalização; 5) Mapeamento; 6) Análise; 7) Visualização e interpretação dos resultados. Por isso, é comum que pesquisadores utilizem várias ferramentas em conjunto, cada uma cumprindo uma função específica, como a limpeza dos dados, a criação de mapas e a visualização interativa dos resultados. Além disso, medidas bibliométricas são aplicadas para analisar o desempenho, a qualidade e o impacto dos mapas gerados (Cobo et al, 2011).

A análise de performance mede a contribuição relativa de temas em um campo de pesquisa, enquanto o mapeamento científico busca representar a estrutura cognitiva da pesquisa utilizando técnicas como co-citação de documentos e análise de coocorrência de palavras. A co-ocorrência de palavras avalia a associação entre termos em documentos, gerando clusters que refletem essa associação. Técnicas bibliométricas, como co-citação e coocorrência de palavras, são eficazes para classificar áreas temáticas, identificar clusters e visualizar temas emergentes. A

análise bibliométrica envolve quatro estágios principais: detecção de temas, visualização de temas e suas conexões, identificação de áreas temáticas e análise de performance. Esses estágios fazem parte de um processo mais amplo de busca e análise de dados em estudos bibliométricos (Cavalcanti, 2016).

3.2.2.4. Escolha dos softwares

O emprego de tecnologia para mapeamento justifica-se pela sua natureza, visto que entrega uma representação diagramática bem como visual da produção científica reportada a partir dos parâmetros definidos, organizados em razão da proximidade e similaridade temática. Para presente trabalho, foi utilizado programas Vosviewer, para gerar mapas da literatura pesquisada, e SCIMAT, para gerar dados quantitativos, incluindo variação média no período, dos documentos de categoria de temas pesquisados com base das palavras-chave citadas e manipuladas no Google Sheet.

O Vosviewer é um programa de computador utilizado para criar mapas com base em dados de redes. Utiliza técnicas de mapeamento e agrupamento, permitindo visualizar e explorar mapas de diversas maneiras, com funcionalidades como zoom, rolagem e busca, o que facilita a análise detalhada de mapas com um número considerável de itens (geralmente mais de 100 ou 200). O programa é amplamente utilizado para analisar redes bibliométricas, como mapas de publicações, autores, revistas ou palavras-chave com base em redes de citação, co-citação ou acoplamento bibliográfico. No entanto, também pode ser aplicado a qualquer tipo de rede. Escrito em Java, o Vosviewer funciona em várias plataformas de hardware e sistemas operacionais e pode ser baixado gratuitamente no site oficial (Van Eck; Waltman, 2012).

O SciMAT é um software de código aberto (General Public License Version - GPLv3) desenvolvido para realizar análises de mapeamento científico em um formato longitudinal. Oferece módulos que permitem gerenciar a base de conhecimento, realizar a análise de mapeamento científico e visualizar os resultados e mapas gerados. As principais características do SciMAT incluem suporte a formatos bibliográficos (como RIS), redes bibliométricas (co-palavra, co-citação de autor, acoplamento bibliográfico, entre outros), ferramentas de pré-processamento e normalização de dados, e uma variedade de algoritmos de agrupamento e técnicas

de visualização, como diagramas estratégicos, redes de clusters e mapas de evolução. O SciMAT é ideal para estudos que acompanham a evolução conceitual, intelectual ou social de um campo de pesquisa ao longo de diferentes períodos de tempo, fornecendo uma visão abrangente dos padrões e tendências em áreas científicas. Além disso, o software permite a aplicação de métricas bibliométricas como h-index e suas variantes para enriquecer os mapas científicos (Cobo et al, 2012).

3.2.3. Procedimentos para alcançar o objetivo específico 3: Apresentar os resultados mais relevantes do mapeamento sistemático

Para apresentar resultados relevantes do mapeamento sistemático, foram geradas figuras pelo software VOSviewer, com base nos dados extraídos da base Scopus/Elsevier, facilitando a visualização clara dos resultados. A análise focou na quantidade de ocorrências de termos-chave relevantes, como Pessoa com Deficiência, Inclusão Social, Capacitismo, diferentes tipos de deficiência e Acessibilidade para identificar as principais tendências e lacunas na produção científica sobre o tema,

Quanto aos resultados a partir do software SciMAT, os dados coletados previamente na base Scopus/Elsevier foram processados com foco em termos-chave. Esses termos, extraídos a partir das palavras-chave e títulos dos documentos, foram agrupados em categorias, como: Acessibilidade, Capacitismo, Inclusão Social, Deficiências Múltiplas, Pessoa Cega/Com Deficiência Visual, Pessoa Com Deficiência Física, Intelectual, Psicossocial, e Pessoas Surdas/Com Deficiência Auditiva. Cada uma dessas categorias foi detalhada e os termos incluídos, com destaque para o fato de que muitos desses termos aparecem combinados, como, por exemplo, "Inclusão laboral" ou "Inclusão educacional", o que ressalta a complexidade e a inter-relação entre os tópicos. Os resultados do SciMAT foram organizados e processados em planilhas no Google Sheets para permitir a criação de gráficos e tabelas, facilitando a visualização dos dados e proporcionando uma análise das tendências e lacunas em cada área específica e na produção global sobre a inclusão de pessoas com deficiência.

3.2.4. Procedimentos para alcançar o objetivo específico 4 - Pesquisa documental

Para o presente trabalho, foram pesquisados documentos institucionais da UFRPE, instituição escolhida para estudo de caso, como as resoluções, portarias, Plano de Desenvolvimento Institucional vigente e páginas web do sítio da Universidade bem como legislações específicas aplicáveis a universidades públicas relacionadas a pessoas com deficiência.

A pesquisa documental envolve a coleta de dados indiretos por meio de fontes documentais, como livros, jornais, registros oficiais, estatísticas, fotos, vídeos, e documentos variados. Essa abordagem oferece ao pesquisador dados em quantidade e qualidade suficientes, evitando dificuldades de obtenção direta de informações das pessoas. Para a pesquisa científica, qualquer objeto ou registro que contribua para a investigação é considerado um documento. Este tipo de pesquisa é especialmente útil para entender o passado, pois os documentos fornecem uma visão mais objetiva, elaborada no período estudado, em contraste com a percepção dos entrevistados. Além disso, permite a análise de processos de mudança social e cultural, fornecendo dados sobre transformações na estrutura social, valores e atitudes, que não podem ser captados apenas pela observação direta ou questionários (Gil, 2008).

O Estudo de caso é usado em muitas situações, para contribuir ao conhecimento dos fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais, políticos e relacionados complexos. Permite que se foque em um “caso” e retenham uma perspectiva holística e do mundo real como, por exemplo, os processos organizacionais e administrativos e a maturação das indústrias (Yin, 2015). A escolha da UFRPE como estudo de caso se deu pelo fato de ser uma organização reconhecida pelos órgãos de fiscalização e controle da gestão pública brasileira em termos de Planejamento como estratégia para o desenvolvimento institucional e consequente necessidade de compreender as práticas em relação à acessibilidade e inclusão.

4. ANÁLISE SITUACIONAL (RESULTADOS E DISCUSSÕES)

4.1. A inclusão de pessoas com deficiência: situação e perspectivas

4.1.1. Situação da Inclusão Social

A inclusão das pessoas com deficiência no Brasil avançou consideravelmente

desde a adoção de legislações específicas e a assinatura de convenções internacionais, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) e a promulgação do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Esses marcos representam conquistas no reconhecimento dos direitos de pessoas com deficiência, promovendo a dignidade, a igualdade de oportunidades e a inclusão social. No entanto, a análise situacional evidencia que, apesar desses avanços, desafios estruturais e culturais ainda persistem, limitando a plena efetivação desses direitos.

A inclusão de pessoas com deficiência enfrenta barreiras tanto físicas quanto atitudinais, com implicações diretas na acessibilidade, no acesso a serviços e na participação plena dessas pessoas na sociedade. O modelo social da deficiência, que reconhece a deficiência como resultado da interação entre a pessoa e as barreiras impostas pela sociedade, é amplamente aceito, mas ainda coexiste com o modelo médico, que vê a deficiência como uma condição a ser corrigida. Essa coexistência de paradigmas dificulta a implementação de políticas públicas inclusivas que efetivamente removam as barreiras que restringem a autonomia e o desenvolvimento das pessoas com deficiência.

Os resultados da pesquisa destacam que o capacitismo não é apenas um fenômeno isolado, mas um componente estrutural das sociedades modernas, ligado a ideais de corponormatividade e à visão neoliberal que valoriza a produtividade e a autossuficiência. O mercado de trabalho, por exemplo, ainda é amplamente excludente para pessoas com deficiência, tanto por barreiras físicas quanto pela percepção social de sua incapacidade para contribuir economicamente de maneira equivalente às pessoas sem deficiência. Isso reflete uma visão histórica que remonta à biomedicina e à eugenia, em que a deficiência era vista como uma patologia a ser "corrigida" ou eliminada, um estigma que, embora contestado, continua a influenciar a percepção popular e políticas públicas.

Estudos recentes, como os apresentados na revisão sistemática da literatura, revelam que temas como acessibilidade, capacitismo e inclusão social são abordados de maneira fragmentada. O capacitismo, por exemplo, ainda é um conceito pouco explorado na literatura e no desenvolvimento de políticas públicas, o que contribui para a perpetuação de práticas discriminatórias e excludentes. Além disso, a acessibilidade física, programática e atitudinal continua sendo um desafio em diversos setores, como educação, mercado de trabalho e serviços públicos, mesmo após as reformas legais.

4.1.2. Barreiras à Inclusão

A legislação brasileira, embora robusta, ainda enfrenta dificuldades na implementação. A Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência) estabelece um protocolo geral que, embora necessário, não contempla adequadamente as necessidades específicas de cada tipo de deficiência. Por exemplo, pessoas com deficiência auditiva e visual enfrentam diferentes desafios de acessibilidade, que exigem abordagens mais personalizadas e específicas. A falta de uma resposta adaptada às diversas deficiências limita o impacto positivo que essas legislações poderiam ter na vida dessas pessoas.

No mercado de trabalho, a inclusão de pessoas com deficiência, embora garantida por leis de cotas, ainda encontra resistência por parte de empresas. A gestão da diversidade, que deveria ser vista como uma vantagem competitiva, muitas vezes é negligenciada, resultando em ambientes de trabalho pouco adaptados e em oportunidades limitadas para essas pessoas. Isso revela a persistência de barreiras culturais e a falta de preparação das empresas para lidar com a diversidade funcional de forma adequada.

Na educação, a inclusão ainda é um processo em construção. Apesar das políticas de inclusão escolar e das reformas que garantem a matrícula de estudantes com deficiência na rede regular de ensino, a prática revela desafios como a falta de acessibilidade nas escolas, a resistência de parte dos educadores e a escassez de recursos especializados para atender às necessidades desses alunos.

4.1.3. Perspectivas Futuras

O futuro da inclusão social das pessoas com deficiência no Brasil depende de uma mudança profunda nas atitudes sociais e na implementação mais eficaz das políticas existentes. É fundamental que as políticas públicas não apenas garantam o acesso formal, mas também promovam a inclusão real, removendo barreiras e garantindo suportes adequados em todos os setores da sociedade. Para isso, é necessário ampliar os estudos sobre capacitismo e promover a conscientização sobre suas implicações, bem como aprimorar as práticas de gestão de diversidade no mercado de trabalho e na educação.

A integração do modelo social da deficiência nas políticas públicas precisa ser

fortalecida, o que requer a participação ativa das próprias pessoas com deficiência no processo de tomada de decisão. O controle social, que mostrou ser uma ferramenta poderosa, deve ser expandido para garantir que as políticas sejam elaboradas e aplicadas com base nas necessidades e demandas reais desse grupo.

A superação do capacitismo requer não apenas mudanças legislativas e institucionais, mas também uma transformação cultural e social profunda. O reconhecimento da deficiência como parte da diversidade humana, e não como uma limitação, é fundamental para a construção de uma sociedade mais inclusiva. As iniciativas anticapacitistas, discutidas na revisão, destacam a necessidade de adotar abordagens interseccionais e emancipatórias que reconheçam a multiplicidade de identidades e experiências das pessoas com deficiência.

Por fim, a tecnologia assistiva e a acessibilidade digital apresentam-se como áreas promissoras para a inclusão. À medida que a sociedade se digitaliza, o acesso a informações, serviços e oportunidades pode ser amplificado por meio de inovações tecnológicas, desde que sejam pensadas para atender a todos. Políticas de incentivo ao desenvolvimento e à implementação dessas tecnologias, aliadas à educação inclusiva e à conscientização social, podem contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária.

Em síntese, o Brasil tem avançado em direção à inclusão, mas ainda há um longo caminho a percorrer para garantir a plena cidadania das pessoas com deficiência. O compromisso com a remoção de barreiras, a conscientização sobre o capacitismo e a promoção de uma gestão inclusiva são elementos-chave para o futuro de uma sociedade verdadeiramente inclusiva e anticapacitista.

4.2. Mapeamento sistemático de literatura sobre inclusão de pessoas com deficiência

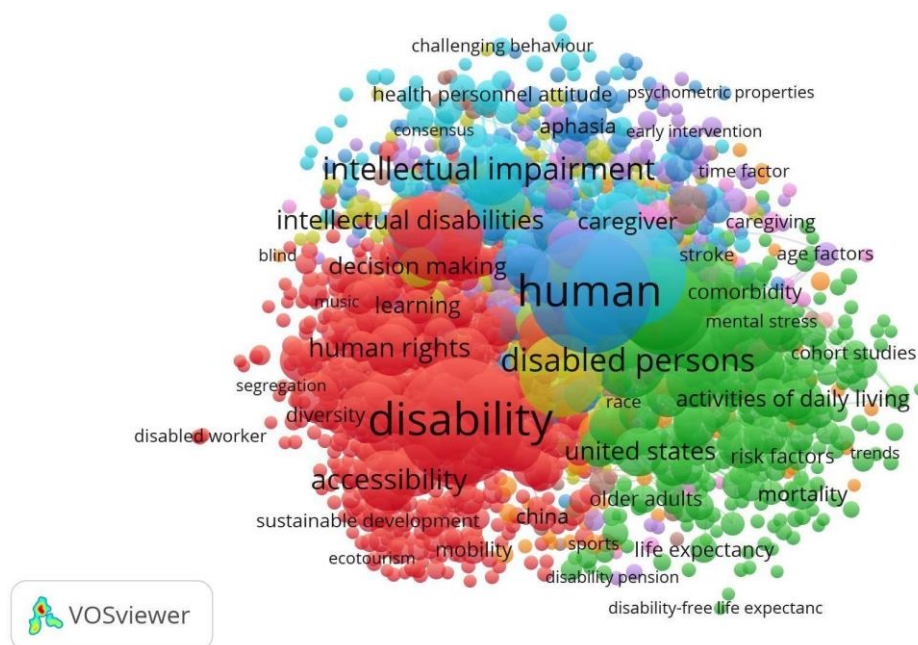
O mapeamento sistemático da literatura (MSL), realizado por meio do software VOSviewer e baseado em dados obtidos na base Scopus/Elsevier, revelou importantes padrões nas áreas analisadas. Utilizando termos específicos descritos na metodologia, foram investigados títulos, resumos e palavras-chave dos artigos, resultando em um total de 4.705 artigos na área de Ciências Sociais, 1.959 em Psicologia, 356 em Negócios/Gestão/Contabilidade, e 182 em Ciências Econômicas. Os parâmetros de análise no VOSviewer incluíram a co-ocorrência de palavras-chave, com o número mínimo de cinco ocorrências, exceto nas áreas de

Negócios/Gestão/Contabilidade e Ciências Econômicas, em que o mínimo foi reduzido para três ocorrências, devido à menor quantidade de artigos.

Para análise, o mapeamento seguiu parâmetros específicos. Foi utilizado o formato CSV para importar os dados do Scopus e excluímos a palavra-chave "article". O método de contagem foi total, e a análise baseou-se na co-ocorrência de palavras-chave. Definiu-se que cada palavra deveria ter, no mínimo, 5 ocorrências para ser considerada, exceto nas áreas de Negócios/Gestão/Contabilidade e Ciências Econômicas, no qual a frequência mínima foi reduzida para 3 ocorrências, devido ao menor número de artigos. Isso resultou em um total de 1494 palavras-chave em Ciências Sociais, 1066 em Psicologia, 99 em Negócios/Gestão/Contabilidade e 75 em Ciências Econômicas.

A figura 3 demonstra que o resultado da análise da área de Ciências Sociais revelou um destaque significativo para termos relacionados à deficiência, como "Disability" (1386 ocorrências) e "Accessibility" (220 ocorrências). Outros termos relevantes incluem "Disabled persons" (485 ocorrências) e variações como "intellectual disability" (599 ocorrências) e "intellectual impairment" (332 ocorrências). Esses termos indicam uma forte presença de discussões sobre acessibilidade e deficiência intelectual na literatura.

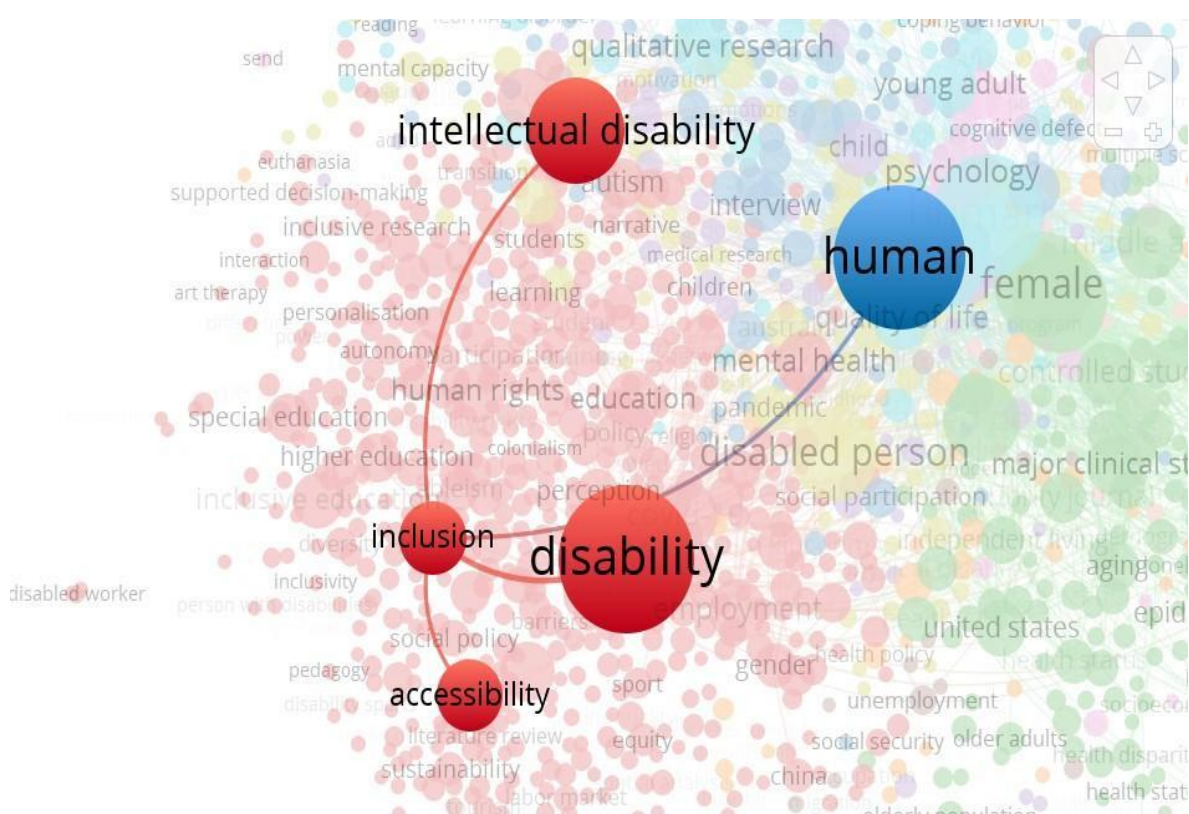
Figura 3: Panorama geral do MSL da área de Ciências Sociais



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

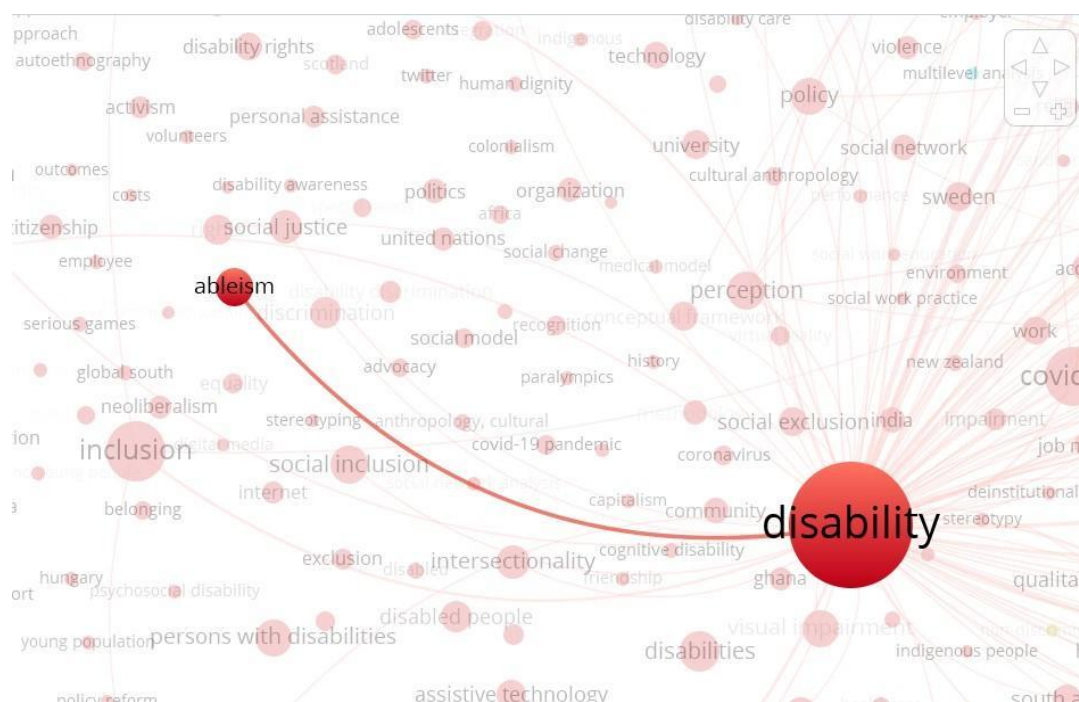
Na figura 4, análise ampliada, a palavra "Inclusion" apareceu 228 vezes, associando-se a "Accessibility" e "intellectual disability". O termo "Ableism", que apareceu 65 vezes, conecta-se diretamente a "Disability", como mostrado na figura 5 enquanto "Social Inclusion" e "Intersectionality" também emergiram, com 77 e 56 ocorrências, respectivamente. No entanto, outras deficiências, como deficiência física (86 ocorrências) e autismo (137 ocorrências), tiveram menor destaque, indicando que a discussão é menos abrangente em relação a essas condições.

Figura 4: Parcial do MSL da área de Ciências Sociais ampliada com destaque para palavra "Inclusion"



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Figura 5: Parcial do MSL destacando termo “ableism”

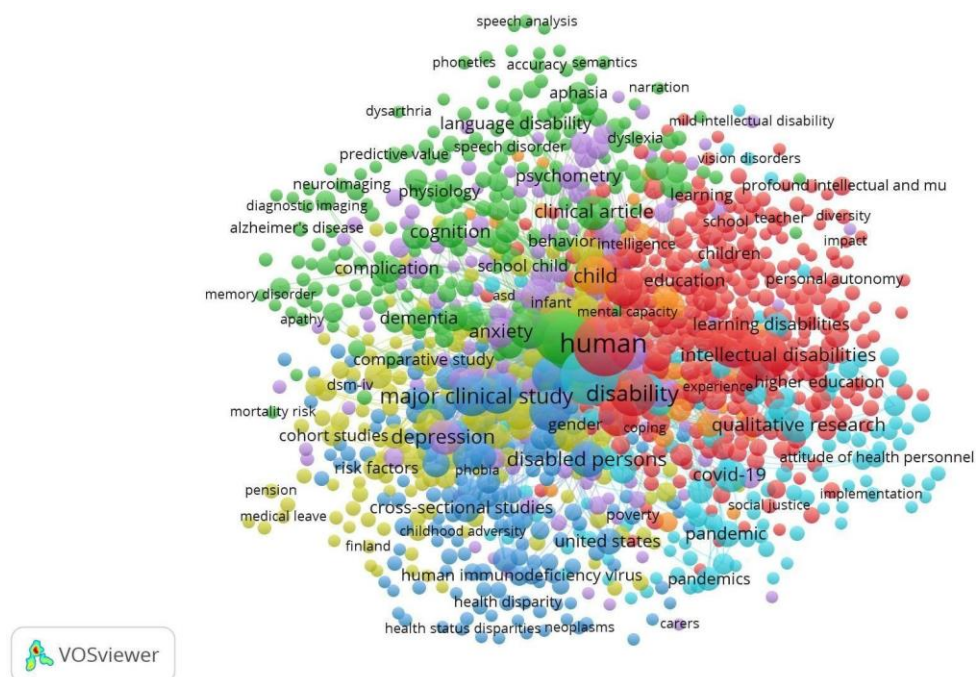


Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

A figura 6 apresenta panorama geral do mapeamento da área de Psicologia, com destaque maior para palavras “Disability” (386 ocorrências), variações “Disabled person” e “Disabled persons” (210 e 183 ocorrências respectivamente) e variações para deficiência intelectual como “intellectual disability” (524 ocorrências) e “Human” ou “Humans” (1206 e 780 ocorrências respectivamente).

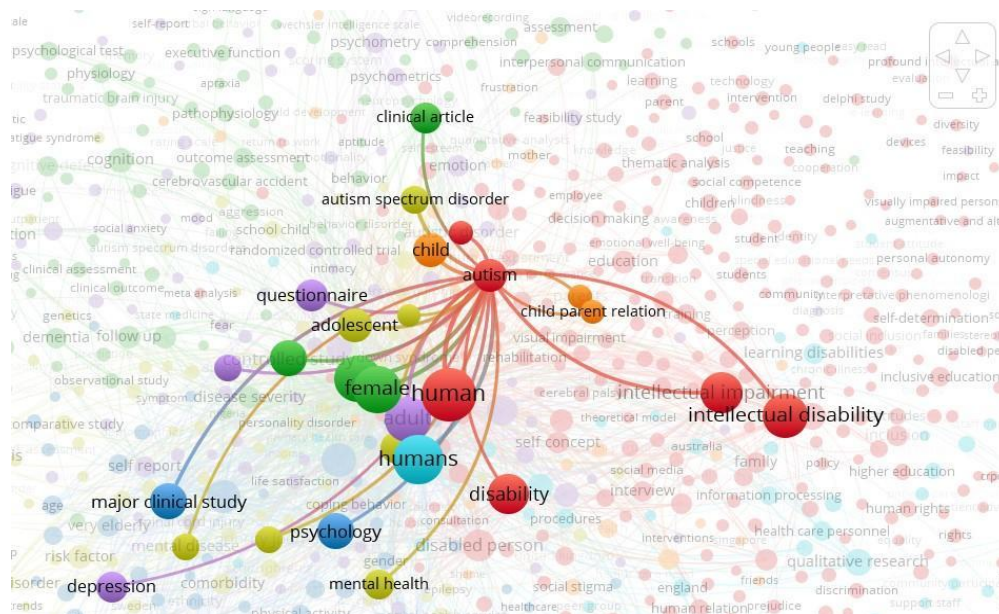
Na Figura 7, demonstra que a palavra “Autism” se destaca, em que suas variações totalizam 305 ocorrências. Na figura 8, demonstra que a palavra “Disability” guarda relações com temas que envolvam questões psicológicas como saúde mental e depressão. Quanto às demais palavras importantes mencionadas na fundamentação teórica relacionadas a inclusão, demais deficiências, acessibilidade e capacitismo, na área de psicologia, há poucas ocorrências.

Figura 6: Panorama geral do MSL da área de Psicologia



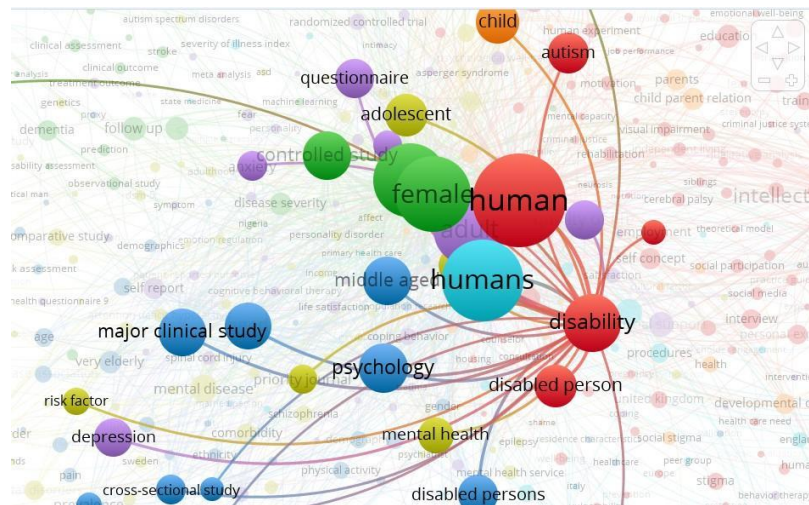
Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Figura 7: Parcial do MSL com destaque para “Autism”



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

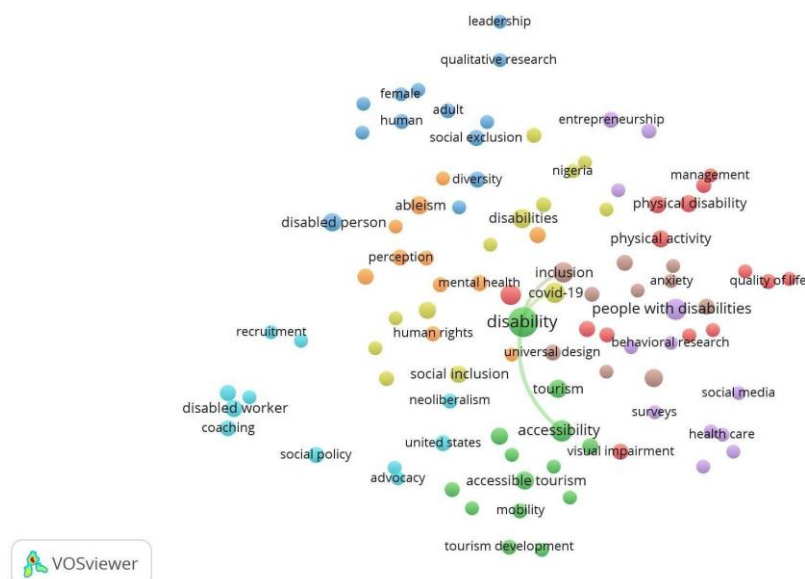
Figura 8: Parcial do MSL com destaque para “Disability”



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

A figura 9 apresenta panorama geral do mapeamento da área de Negócios, Gestão e Contabilidade, com destaque para variações relacionadas à deficiência como as palavras “Disability”, “Disabilities” ou “People with Disabilities” (109, 12 e 21 ocorrências respectivamente). Depois, as maiores são as palavras que têm entre 24 e 10 ocorrências, sendo: “Accessibility (24 ocorrências), “People with disabilities” (21 ocorrências), “Accessible tourism” (11 ocorrências), “Covid-19” (18 ocorrências), “Employment” (16 ocorrências), “Inclusion” (19 ocorrências) e “Tourism” (10 ocorrências). Importante salientar que a palavra “Ableism” foi mencionada 9 vezes. Pessoa surda ou deficiência auditiva é a única deficiência que não foi mencionada.

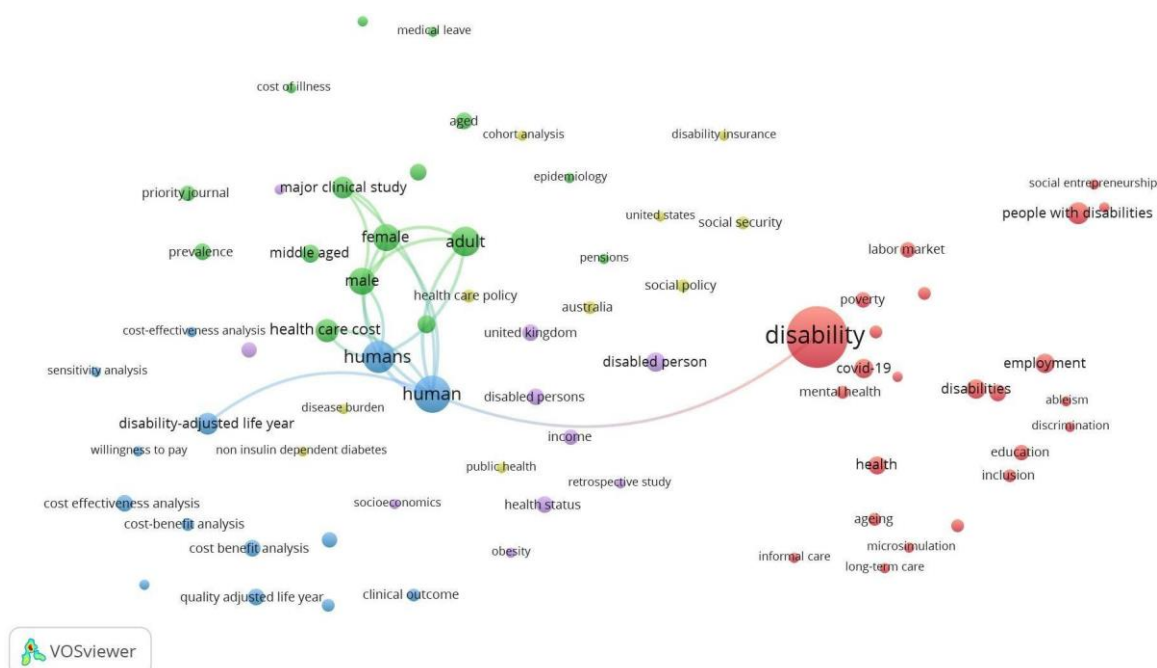
Figura 9: Panorama geral do MSL da área de Negócios, Gestão e Contabilidade



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

A figura 10 apresenta panorama geral do mapeamento da área de Ciências Econômicas, Econômetricas e Finanças, com destaque maior para variações relacionadas à deficiência como as palavras “Disability” ou “Disabilities” (52 e 8 ocorrências respectivamente) e “Human” e “Humans” (22 e 18 ocorrências respectivamente). Há menções maiores para a palavra “Health care cost” (10 ocorrências) indicando relação ao custo de despesas com saúde e a deficiência das pessoas. Outras menções maiores são em relação ao gênero (masculino e feminino). Importante salientar que as palavras “Ableism”, “Accessibility” e “Inclusion” foram mencionadas 3, 6 e 4 vezes respectivamente e que Pessoa com deficiência intelectual é a única deficiência que foi mencionada.

Figura 10: Panorama geral do MSL da área de Ciências Econômicas, Econométricas e Finanças



Fonte: Elaborado pelo autor

Com mesmos dados levantados no Scopus/Elsevier, utilizados para gerar mapas com VosViewer, utilizando o software Scimat, foram selecionados os documentos contendo determinados termos com base das palavras-chave e títulos e incluídos em categorias de termos correspondentes ou sinônimos a: Acessibilidade; Capacitismo; Inclusão Social; Múltiplas deficiências; Pessoa Cega/com deficiência visual; Pessoa com Deficiência; Pessoa com Deficiência Física; Pessoa com

Deficiência Intelectual; Pessoa com deficiência Psicossocial; Pessoas Surdas/com deficiência auditiva. Quadro 5 elucida quais termos-chave citados foram incluídos em cada categoria supracitada. Importante ressaltar que não necessariamente esses termos são isolados, como por exemplo, quando se envolve a questão de Inclusão, este pode vir junto com outras palavras como Inclusão laboral, inclusão educacional e entre outros.

Quadro 7: Termos-chave categorizados

Categorias de termos	Termos centrais
Acessibilidade	Accessibility, Accessible, accesibilidad.
Capacitismo	Ableism, Ableist
Inclusão Social	Inclusion, Inclusive.
Múltiplas deficiências	Visual-and-intellectual-disabilities, Multiple-disabilities, Deafblind (Surdocego), Deafblindness, Congenital-deafblindness, Physical-and-mental-disabilities.
Pessoa Cega/com deficiência visual	Visually-impairment, Visual-impairments, Visual-disability(ies), Visually-handicapped, Blind, Blindness, Pessoas com deficiência visual, Personas con discapacidad visual.
Pessoa com Deficiência	With-disability(ies), Disabled-person
Pessoa com Deficiência Física	Mobility-disability(ies), Mobility-handicapped, Mobility-impairment, Mobility-limitation, physical-and-motor-disability(ies), Reduced-mobility, Physical-disability(ies), Physical-disease, Physical-disabled, Physical-impairment.
Pessoa com Deficiência Intelectual	Intellectual-disability(ies), Intellectual-impairment, Down-syndrome.
Pessoa com deficiência Psicossocial	Psychosocial-disabilities, autism, autistic
Pessoas Surdas/com deficiência auditiva	Deaf, Hard-of-hearing, Hearing Disability, Hearing-impaired, Hearing-disability, Deafness

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Para a geração de resultados bibliométricos e o mapeamento da literatura utilizando o software SciMAT, foram estabelecidos alguns parâmetros específicos para garantir uma análise detalhada e precisa. O período de análise selecionado compreendeu os anos de 2018 a 2023, o que permitiu investigar as publicações mais recentes e relevantes dentro desse intervalo temporal. Todas as palavras dos artigos foram consideradas como unidades de análise, permitindo que o estudo capturasse a maior diversidade possível de termos.

Para reduzir os dados e evitar sobrecarga de informações irrelevantes, estabeleceu-se uma frequência mínima de 1 ocorrência para cada palavra em cada

ano. Isso significa que apenas os termos que apareceram pelo menos uma vez em um determinado ano foram mantidos na análise. A matriz escolhida para organizar esses dados foi baseada na co-ocorrência, ou seja, foram considerados os termos que apareceram juntos em diferentes artigos, permitindo identificar relações entre os conceitos.

A redução das ligações entre os termos também foi estabelecida com um valor mínimo de 1, garantindo que fossem identificadas conexões significativas entre os termos, mesmo que estas tenham ocorrido de forma limitada. Para normalizar os dados e tornar as comparações mais consistentes, foi utilizado o índice de inclusão, uma medida que avalia a relação entre os termos de maneira padronizada.

O algoritmo de aglomeração utilizado foi o algoritmo central simples, que identifica os núcleos de termos mais importantes em cada cluster. Nesse algoritmo, o número mínimo de ligações entre termos foi definido como 1, enquanto o número máximo foi 100, garantindo a formação de clusters com diferentes níveis de densidade.

O mapeamento dos documentos foi feito por interseção, o que significa que o foco da análise foi a identificação de termos que apareceram em diferentes publicações ao longo do tempo. Para a avaliação qualitativa dos dados, utilizou-se o somatório de citações, que fornece uma visão sobre a relevância de cada artigo com base no número de vezes que foi citado.

Por fim, foi gerado um mapa longitudinal utilizando índices de inclusão, que permitiu identificar a evolução dos termos ao longo do tempo e também mapear sobreposições entre diferentes períodos. Esse mapeamento longitudinal oferece insights sobre as mudanças e continuidades nas discussões ao longo dos anos, ajudando a visualizar o desenvolvimento dos temas de interesse.

Com resultados gerados no Scimat, foram extraídos dados para manipulação no Google Sheets com intuito de gerar gráficos, para melhor visualização, e tabelas de cada área levantada e global.

Na Tabela 2 demonstra o número de documentos identificados por meio de busca de termos nas palavras-chave ou títulos que remetem ao tema da cada categoria na área de ciências sociais. É possível constatar que documentos

relacionados a pessoas com deficiência e pessoas com deficiência intelectual são altos. Em seguida, documentos relacionados a Acessibilidade e Inclusão Social têm números consideráveis enquanto os documentos relacionados ao capacitismo são baixos, ainda mais considerando a sua relevância para o tema das pessoas com deficiência.

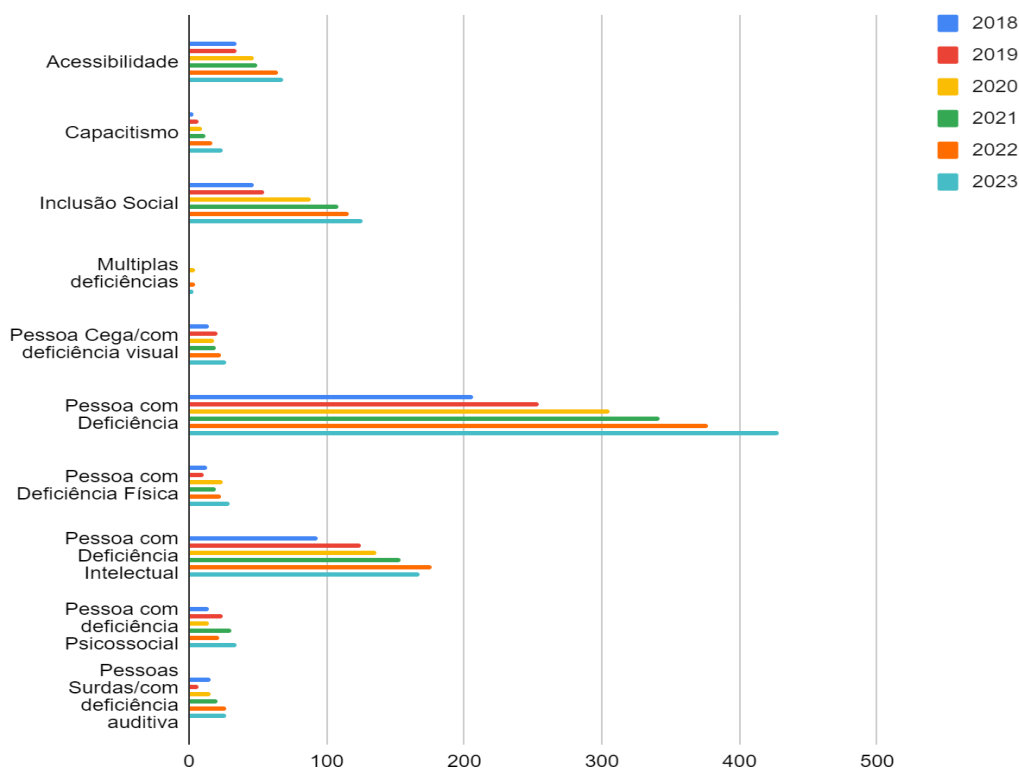
Tabela 2: Documentos da área de Ciências Sociais

Categorias de termos	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Acessibilidade	34	35	47	50	64	69	299
Capacitismo	3	7	9	12	17	24	72
Inclusão Social	47	55	89	108	116	126	541
Múltiplas deficiências	0	0	4	0	4	3	11
Pessoa Cega/com deficiência visual	14	21	18	20	23	27	123
Pessoa com Deficiência	206	254	306	342	377	429	1914
Pessoa com Deficiência Física	13	11	24	19	23	30	120
Pessoa com Deficiência Intelectual	94	125	136	154	176	167	852
Pessoa com deficiência Psicossocial	15	25	15	31	22	35	143
Pessoas Surdas/com deficiência auditiva	16	7	16	21	27	27	114

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Figura 11: Gráfico do número de documentos de cada categoria temática por ano na área de Ciências Sociais

Número de documentos por termos categorizados de cada ano



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

A Tabela 2 demonstra o número de documentos identificados por meio de busca de termos nas palavras-chave ou títulos que remetem ao tema da cada categoria na área de psicologia. É possível constatar que, assim como a área de Ciências Sociais, os documentos relacionados a pessoas com deficiência e pessoas com deficiência intelectual são altos. Em seguida, documentos relacionados à Inclusão Social e Pessoas com Deficiência Psicossocial têm números consideráveis, esta última por ser uma deficiência diretamente relacionada a questões psicológicas, enquanto o restante têm baixos números.

Tabela 3: Documentos da área de Psicologia

Categorias de termos	2018		2019	2020	2021	2022	2023	Total
Acessibilidade	8		8	4	3	5	8	36
Capacitismo	0		2	3	3	5	7	20
Inclusão Social	18		12	32	33	25	30	150
Múltiplas deficiências	0		0	0	0	1	1	2
Pessoa Cega/com deficiência visual	5		8	7	11	6	8	45
Pessoa com Deficiência	79		106	107	115	131	133	671
Pessoa com Deficiência Física	5		16	14	8	14	17	74
Pessoa com Deficiência Intelectual	94		104	102	134	136	132	702
Pessoa com deficiência Psicossocial	15		24	23	44	39	63	208
Pessoas Surdas/com deficiência auditiva	2		4	6	0	8	0	20

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Figura 12: Gráfico do número de documentos de cada categoria temática por ano na área de Psicologia



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

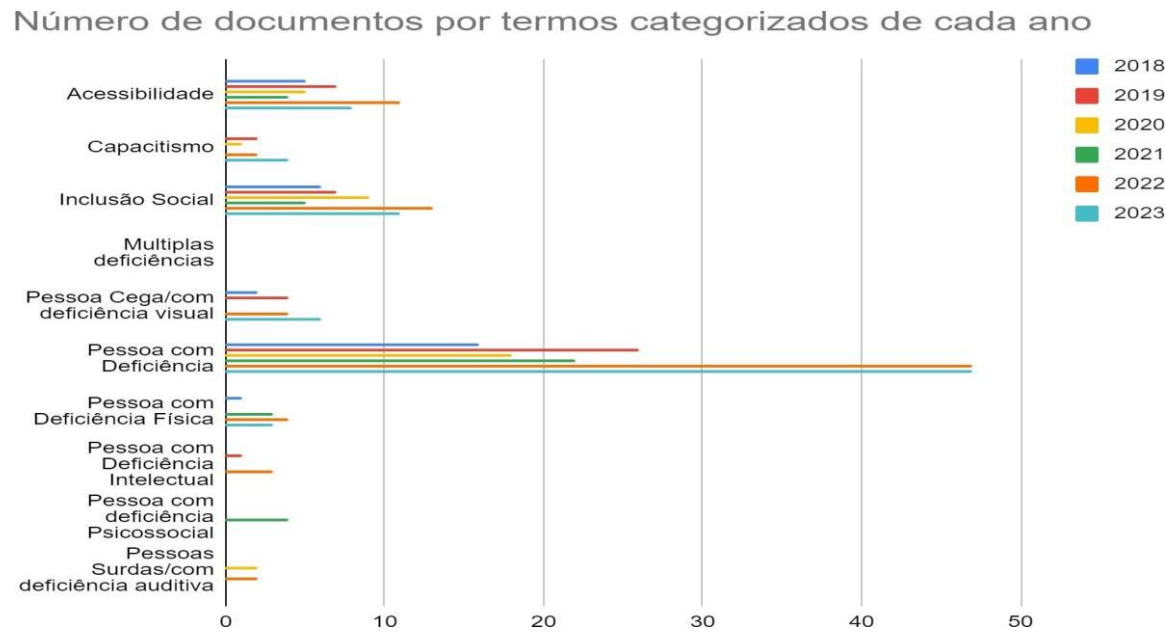
Na Tabela 3 demonstra o número de documentos identificados por meio de busca de termos nas palavras-chave ou títulos que remetem ao tema da cada categoria na área de Negócios, Gestão e Contabilidade. Os documentos relacionados a pessoas com deficiência são altos. Em seguida, documentos relacionados a Acessibilidade e Inclusão Social têm números consideráveis. Guardadas as proporções, temáticas das pessoas cegas/com deficiência visual e das pessoas com deficiência física demonstram ter boa relevância na área.

Tabela 4: Documentos da área de Negócios, Gestão e Contabilidade

Categorias de termos	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Acessibilidade	5	7	5	4	11	8	40
Capacitismo	0	2	1	0	2	4	9
Inclusão Social	6	7	9	5	13	11	51
Múltiplas deficiências	0	0	0	0	0	0	0
Pessoa Cega/com deficiência visual	2	4	0	0	4	6	16
Pessoa com Deficiência	16	26	18	22	47	47	176
Pessoa com Deficiência Física	1	0	0	3	4	3	11
Pessoa com Deficiência Intelectual	0	1	0	0	3	0	4
Pessoa com deficiência Psicossocial	0	0	0	4	0	0	4
Pessoas Surdas/com deficiência auditiva	0	0	2	0	2	0	4

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Figura 13: Gráfico do número de documentos de cada categoria temática por ano na área de Negócios, Gestão e Contabilidade.



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Na Tabela 4 demonstra o número de documentos identificados por meio de busca de termos nas palavras-chave ou títulos que remetem ao tema da cada categoria na área de Ciências Econômicas, Econometria e Finanças. Os documentos relacionados a pessoas com deficiência são altos. Em seguida, documentos relacionados a Acessibilidade e Inclusão Social têm números consideráveis. Guardadas as proporções, temáticas capacitismo e das pessoas com deficiência física demonstram ter boa relevância na área. Questões relacionadas a demais deficiências são quase nulas ou nula.

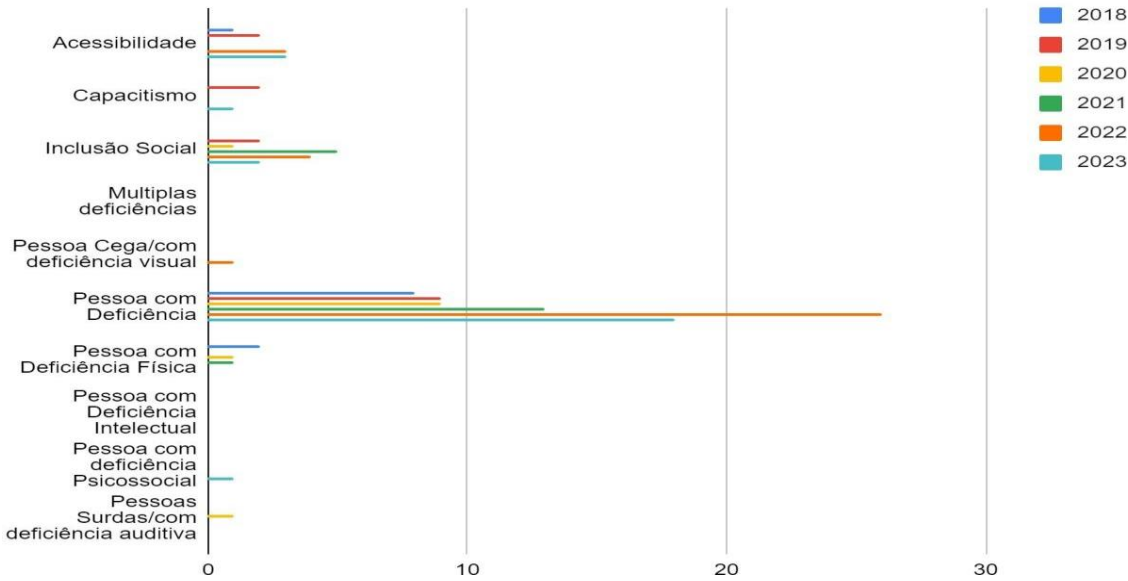
Tabela 5: Documentos da área de Ciências Econômicas, Econometria e Finanças

Categorias de termos	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Acessibilidade	1	2	0	0	3	3	9
Capacitismo	0	2	0	0	0	1	3
Inclusão Social	0	2	1	5	4	2	14
Múltiplas deficiências	0	0	0	0	0	0	0
Pessoa Cega/com deficiência visual	0	0	0	0	1	0	1
Pessoa com Deficiência	8	9	9	13	26	18	83
Pessoa com Deficiência Física	2	0	1	1	0	0	4
Pessoa com Deficiência Intelectual	0	0	0	0	0	0	0
Pessoa com deficiência Psicossocial	0	0	0	0	0	1	1
Pessoas Surdas/com deficiência auditiva	0	0	1	0	0	0	1

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Figura 14: Gráfico do número de documentos de cada categoria temática por ano na área de Ciências Econômicas, Econometria e Finanças.

Número de documentos por termos categorizados de cada ano



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

A Tabela 5 engloba os resultados de todas áreas supracitadas, sendo acrescentado a coluna referente a variação média dos documentos publicados de cada ano para todas as categorias de termos. A tabela demonstra que documentos relacionados ao capacitismo, embora os números sejam baixos, sua variação média é disparada a mais alta do que todas as outras categorias, indicando que há crescente interesse nesse tema. Nas categorias de Pessoa com Deficiência e Pessoa com Deficiência Intelectual, embora tenham alto número de documentos, apresentam baixa variação média, indicando que podem ter atingido pico de pesquisas nesses temas. Temática da Inclusão Social apresenta bons números tanto em documentos quanto a sua variação média. Nas categorias de Pessoas Surdas/com deficiência auditiva, com deficiência psicossocial, com deficiência física apresentam variações médias consideráveis. O Gráfico 1 ilustra os resultados apresentados na tabela 5.

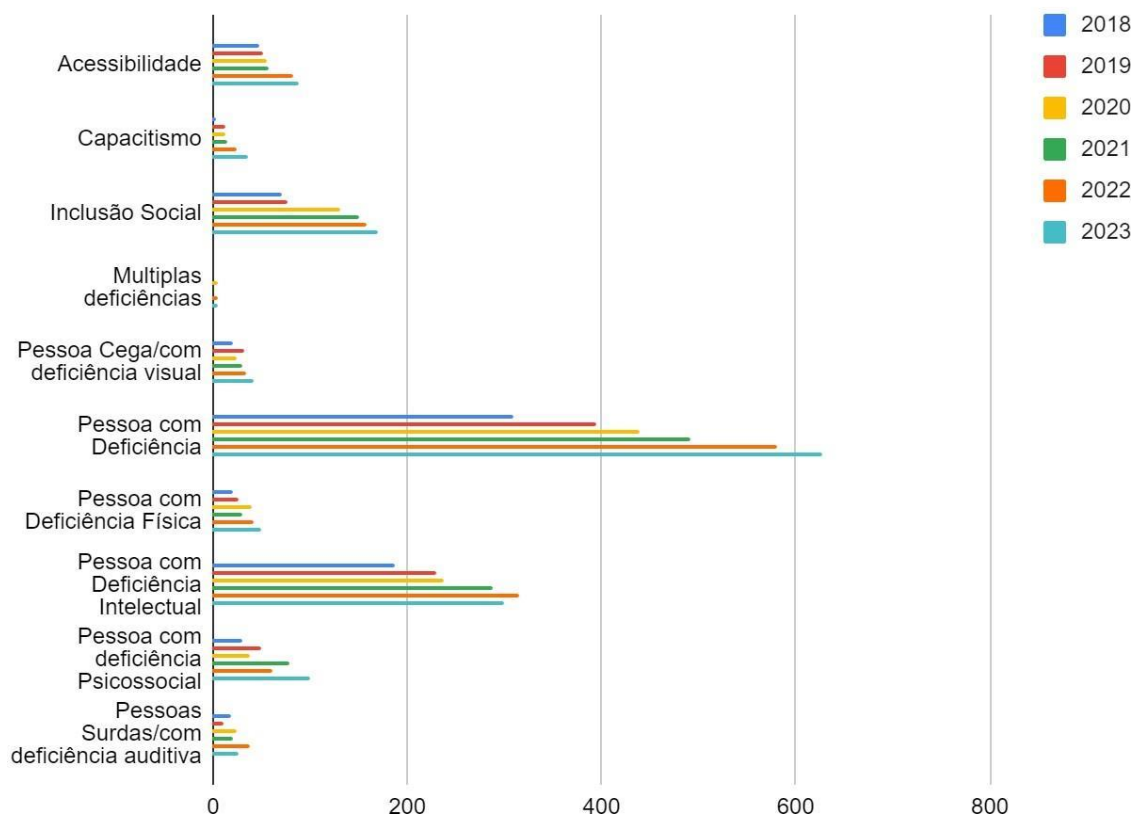
Tabela 6: Somatório de documentos de todas as áreas.

Categorias de termos	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total	Variação média
Acessibilidade	48	52	56	57	83	88	384	13,89%
Capacitismo	3	13	13	15	24	36	104	91,74%
Inclusão Social	71	76	131	151	158	169	756	21,26%
Múltiplas deficiências	0	0	4	0	5	4	13	-
Pessoa Cega/com deficiência visual	21	33	25	31	34	41	185	17,43%
Pessoa com Deficiência	309	395	440	492	581	627	2844	15,41%
Pessoa com Deficiência Física	21	27	39	31	41	50	209	21,34%
Pessoa com Deficiência Intelectual	188	230	238	288	315	299	1558	10,22%
Pessoa com deficiência Psicossocial	30	49	38	79	61	99	356	37,66%
Pessoas Surdas/com deficiência auditiva	18	11	25	21	37	27	139	24,31%

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Figura 15: Gráfico do somatório de documentos de todas as áreas.

Número de documentos por termos categorizados de cada ano



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

4.3. A institucionalização das ações de inclusão de pessoas com deficiência na Universidade Federal Rural de Pernambuco

A pesquisa documental, principalmente as resoluções da UFRPE, editais de processos seletivos para provimento de vagas de graduação ou portarias, resultou na elaboração do quadro detalhando e demonstrando, em ordem cronológica, resumindo cada documento institucional junto com observações pertinentes, que a UFRPE vem implementando políticas de inclusão desde 2010, seja por iniciativa própria ou por determinação legal.

Quadro 8: Pesquisa documental institucional da UFRPE e legislação específica

Pesquisa documental institucional e legislação específica				
Ações	Mês	Ano	Links da Resolução	Observação
Criação da disciplina Libras/Língua Brasileira de Sinais, como componente curricular obrigatório nos Cursos de Licenciatura, atendendo o Decreto nº 5626/2005, e optativo para os de Bacharelado, em 2010;	4	2010	Resolução Cepe nº 030/2010	Com base do que foi determinado no Decreto nº 5626/2005
Adesão integral à Lei nº 12.711/2012 – Lei de Cotas – a partir do ingresso de 2013;	12	2012	Editais de processos seletivos de provimento a vagas de graduação da UFRPE	Inclui vagas reservadas para pessoas com deficiência, com base do que foi determinado pela Lei nº 12.711/2012
Criação do Núcleo de Acessibilidade (Naces), em 2013, responsável pelo apoio pedagógico de estudantes com deficiência, fornecimento de recursos de acessibilidade e serviços de intérprete e tradução em Libras. Também realiza cursos de Libras e relacionados à Pessoa com Deficiência junto com a PROGEPE;	3	2013	Resolução Consu nº 090/2013	
Aprovação de resolução sobre política de ações afirmativas para negro(a)s – preto(a)s e pardo(a)s, indígenas, pessoas com deficiência ou pessoas trans na pós-graduação stricto sensu, em 2018;	2	2018	Resolução Cepe nº 048/2018	
Criação, no âmbito da Pró-Reitoria de Extensão Cultura e Cidadania, da Coordenação de Direitos Humanos, Ações Afirmativas e Diversidades, com potencialidade de transversalizar políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão, em 2020;	12	2020	Resolução Consu nº 059/2020	
Determina sobre a efetivação de uma Política de Ações Afirmativas nos processos seletivos dos Programas da PROGESTI por meio da aplicação de um fator de correção para a assistência estudantil na Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE.	6	2021	Resolução Consu nº 281/2021	Envolve pessoa com deficiência
Criação do Grupo de Trabalho de Educação Inclusiva na UFRPE	3	2022	Portaria nº 645/2023-GR	
Criação da resolução sobre a política de ações afirmativas para pessoas negras (pretas e pardas), indígenas, pessoas com deficiência e trans na Pós-Graduação Stricto sensu e Lato sensu da Universidade Federal Rural de Pernambuco.	5	2022	Resolução Cepe nº 444/2022	

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Por meio do PDI da UFRPE (2022), a instituição estabeleceu políticas de inclusão e acessibilidades de pessoas com deficiência na Universidade e suas ações estão fundamentadas em marcos legais, políticas de gestão governamental ou em consonância, direta ou indireta, com planos, pactos, estatutos e políticas públicas voltadas a essa questão como o Estatuto da Pessoa com Deficiência, por exemplo.

Importante ressaltar um setor da UFRPE em específico: Núcleo de Acessibilidade - Naces. De acordo com o PDI da UFRPE (2022), o Naces foi criado em 2013 com base no Programa Incluir, tem como principal função promover e garantir acessibilidade e inclusão na universidade. Atua no suporte a estudantes, docentes e técnicos com deficiência ou necessidades educacionais especiais, eliminando barreiras físicas, pedagógicas e atitudinais. Suas ações incluem a capacitação de professores para práticas pedagógicas inclusivas, adaptação de materiais e suporte tecnológico, como o uso de tecnologias assistivas no Laboratório de Acessibilidade.

O Naces também trabalha em parceria com outras unidades acadêmicas, promovendo a inclusão desde o ingresso até a conclusão dos cursos. Oferece serviços como apoio pedagógico, adaptação curricular e cursos de Libras. Além disso, o núcleo contribui para a construção de uma política inclusiva na UFRPE e para o enfrentamento ao capacitismo. Sua missão é assegurar o direito à educação superior inclusiva, conforme as diretrizes nacionais e internacionais de acessibilidade.

Ainda em relação com PDI, no contexto da graduação EAD, o Naces mapeia as necessidades específicas de estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida e oferece suporte, incluindo materiais didáticos acessíveis e recursos como audiodescrição, vídeos em Libras e apoio pedagógico para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Além disso, o Naces colabora com coordenações de cursos e tutores para garantir acessibilidade plena durante o processo de ensino e aprendizagem.

Quanto à acessibilidade arquitetônica e física, o conteúdo PDI apenas se limitou a reafirmar que segue a legislação e normas vigentes, porém sem nenhuma proposta de ação nesse aspecto.

O Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) desenvolveu a Política de Acessibilidade e Inclusão, aprovada em abril de 2023 pelo Conselho Universitário (CONSU). O objetivo da Política é garantir a aplicação da legislação sobre os direitos das pessoas com deficiência e necessidades

educacionais específicas nas atividades da universidade. O documento, elaborado com base nas legislações vigentes e com a participação da comunidade acadêmica, visa eliminar barreiras e promover acessibilidade plena, adotando adaptações e tecnologias assistivas. Além disso, outros documentos institucionais complementam as ações de acessibilidade, como o Regimento Interno do Núcleo de Acessibilidade (Naces), o Plano de Educação Inclusiva e Igualitária, e o Guia de Acessibilidade para Docentes (NACES, 2024).

O Plano de Educação Inclusiva e Igualitária tem como objetivo “Estabelecer uma cultura inclusiva, equitativa, igualitária e anticapacitista na UFRPE, por meio da implementação e acompanhamento de ações de acesso, participação e permanência das diversidades humanas na instituição”, inclui 4 eixos de ação para biênio 2023-2024, totalizando dez objetivos específicos e 18 metas: Informação e conscientização; Currículo; Formação e Apoio ao discente com Necessidades Educacionais Especiais. Como ainda está dentro da vigência do plano, não foi divulgado relatório do plano. (UFRPE, 2023).

Diante do exposto, teoricamente, as políticas de inclusão de pessoas com deficiência na UFRPE são robustas e apresentam evolução no tema com o passar dos anos.

4.4. Recomendações de estudos científicos sobre o tema inclusão social de pessoas com deficiência.

Com base nos resultados e discussões apresentados, várias recomendações podem ser feitas para orientar futuras pesquisas, ações práticas e o desenvolvimento de produtos técnicos e tecnológicos voltados à inclusão social de pessoas com deficiência. Essas recomendações baseiam-se nas áreas identificadas como mais relevantes, bem como nas lacunas que ainda precisam ser preenchidas.

Embora o capacitismo tenha sido identificado como um tema emergente com variação significativa nos estudos, o número de publicações ainda é baixo em comparação com outros temas. Recomenda-se um aprofundamento teórico e empírico sobre o capacitismo, explorando sua interseção com outras formas de discriminação, como racismo e sexismo. O estudo de como o capacitismo se manifesta em diferentes contextos sociais e institucionais, como a educação, o trabalho e os serviços de saúde, pode fornecer insights importantes para políticas

públicas inclusivas.

A baixa ocorrência de menções ao capacitismo nos estudos sugere uma necessidade de maior conscientização sobre esse conceito. Campanhas de sensibilização e formação sobre capacitismo devem ser implementadas em escolas, universidades e locais de trabalho, buscando promover uma cultura de inclusão e respeito às diferenças.

Apesar do enfoque em áreas específicas, como Ciências Sociais, Negócios e Psicologia, há uma carência de estudos que integrem múltiplas áreas do conhecimento para abordar a inclusão de pessoas com deficiência de forma sistêmica. Recomenda-se a realização de pesquisas interdisciplinares que considerem aspectos econômicos, psicológicos, sociais e tecnológicos na formulação de estratégias inclusivas.

Dado o foco nas áreas de inclusão social e acessibilidade, seria relevante realizar estudos que avaliem o impacto das políticas públicas vigentes na vida das pessoas com deficiência. Esses estudos podem incluir avaliações de iniciativas como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, com o intuito de verificar se as metas estão sendo atingidas e na qual é possível aprimorar.

Os resultados sugerem que a inclusão e acessibilidade são temas recorrentes, porém ainda há desafios práticos a serem superados. Instituições de ensino e empresas devem adotar práticas que garantam acessibilidade física, comunicacional e atitudinal, permitindo a participação plena das pessoas com deficiência. Isso inclui adaptações curriculares, treinamento de pessoal para lidar com barreiras atitudinais e tecnologias assistivas.

A deficiência psicossocial teve uma presença significativa na área de Psicologia, mas carece de uma abordagem mais ampla em outras disciplinas, como Negócios, Gestão e Ciências Econômicas. Estudos que abordem a inclusão de pessoas com deficiência psicossocial no mercado de trabalho, suas necessidades específicas de acessibilidade e os desafios que enfrentam podem contribuir para um entendimento mais holístico da inclusão.

Considerando as lacunas identificadas em áreas como Negócios e Ciências Econômicas, recomenda-se a criação de programas específicos que incentivem a contratação de pessoas com deficiência e a criação de ambientes de trabalho

inclusivos. Políticas de incentivos fiscais, programas de diversidade e ações afirmativas podem ser meios eficazes para promover essa inclusão.

Dado o foco em acessibilidade, uma recomendação prática é o desenvolvimento de ferramentas tecnológicas que ampliem a inclusão digital de pessoas com deficiência. Isso pode incluir aplicativos de navegação acessíveis, sistemas de ensino à distância adaptados para diferentes tipos de deficiência e plataformas de comunicação que garantam a inclusão de pessoas surdas e cegas.

Com base nos desafios de acessibilidade discutidos, o desenvolvimento de um mapa interativo que indique a acessibilidade de espaços públicos e privados seria uma ferramenta útil tanto para pessoas com deficiência quanto para gestores. Esse produto pode ser utilizado para identificar locais que atendem ou não às normas de acessibilidade, promovendo a adequação de ambientes.

Ferramentas que monitorem a implementação de políticas de inclusão, com dados em tempo real sobre o acesso de pessoas com deficiência à educação, ao trabalho e à saúde, podem ajudar a identificar gargalos e áreas de melhoria. Essa plataforma poderia ser utilizada por gestores públicos, pesquisadores e organizações da sociedade civil.

5. PRODUTO TÉCNICO-TECNOLÓGICO

Com base nas pesquisas desta dissertação, criou-se um Produto Técnico-Tecnológico intitulado “Políticas institucionais de inclusão de pessoas com deficiência da universidade federal rural de pernambuco: situação e recomendações propositivas”, o qual está disponível no apêndice.

6. CONCLUSÕES

A presente dissertação teve como objetivo principal realizar uma análise abrangente da produção científica sobre os desafios da inclusão social de pessoas com deficiência, utilizando como metodologia uma revisão sistemática da literatura publicada entre os anos de 2018 e 2023. O estudo focou nos conceitos de inclusão social, capacitismo e acessibilidade, abordando suas interseções e implicações em diferentes contextos sociais, educacionais e econômicos. Com base nos dados

obtidos nas bases de dados Scopus/Elsevier e no uso dos softwares VOSviewer e SciMAT, foi possível mapear a evolução e as principais tendências no campo das Ciências Sociais, Psicologia, Negócios, Gestão e Ciências Econômicas, trazendo à tona uma visão crítica sobre as áreas de maior atenção e aquelas que carecem de maior investigação.

A análise dos resultados evidenciou que os estudos sobre inclusão social de pessoas com deficiência, embora amplos em determinados aspectos, ainda apresentam lacunas significativas, especialmente no que tange ao capacitismo, um fenômeno estrutural que permanece subexplorado em muitas áreas. Apesar da crescente atenção ao conceito de deficiência intelectual e autismo, outras formas de deficiência, como a deficiência auditiva e a deficiência física, ainda são tratadas de forma insuficiente, tanto na literatura científica quanto nas práticas de inclusão. Ademais, a acessibilidade, embora presente em um número considerável de estudos, muitas vezes não é abordada de maneira integrada com as questões de capacitismo e inclusão social, o que limita uma compreensão mais aprofundada dos desafios enfrentados por pessoas com deficiência.

Os resultados indicam que a produção científica sobre deficiência está fortemente concentrada em áreas como Ciências Sociais e Psicologia, enquanto campos como Negócios, Gestão e Ciências Econômicas ainda precisam avançar significativamente no tratamento dessa temática. Isso reflete a necessidade de uma abordagem mais integrada e multidisciplinar para enfrentar os desafios da inclusão social de pessoas com deficiência, especialmente no que diz respeito à sua participação no mercado de trabalho, à acessibilidade em ambientes de negócios e à superação de barreiras atitudinais relacionadas ao capacitismo.

A utilização do VOSviewer e do SciMAT permitiu identificar padrões de co-ocorrência de palavras-chave e mapear a evolução dos termos mais recorrentes nas áreas de estudo analisadas. Palavras como "Disability" e "Inclusion" apareceram de forma predominante, enquanto termos como "Ableism" teve um número relativamente baixo de ocorrências. Isso sugere que, apesar de a inclusão social ser amplamente discutida na literatura, o conceito de capacitismo ainda não recebeu a atenção devida, apesar de sua importância crucial para a compreensão das barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência. Dessa forma, este trabalho reforça a urgência de ampliar os estudos sobre capacitismo e suas implicações sociais, bem como sobre as formas de promover uma inclusão ampla e eficaz.

Também merece destaque a disparidade na cobertura de diferentes tipos de deficiência nos estudos analisados. A deficiência intelectual e o autismo, especialmente na área de Psicologia, foram amplamente abordados, mas outras deficiências, como as deficiências física e auditiva, receberam pouca atenção. Esse desequilíbrio aponta para a necessidade de uma maior diversidade nos estudos sobre deficiência, de modo a garantir que todas as formas de deficiência sejam representadas e que as soluções inclusivas considerem a variedade de necessidades.

Do ponto de vista metodológico, este trabalho utilizou uma abordagem rigorosa para a análise da produção científica, empregando a revisão sistemática de literatura e o mapeamento bibliométrico. O uso de ferramentas como o SciMAT e o VOSviewer proporcionou uma visão detalhada e gráfica das tendências e lacunas na literatura, permitindo uma compreensão mais precisa dos temas predominantes e daqueles que ainda precisam ser desenvolvidos. Essa metodologia se mostrou eficaz para a identificação de áreas negligenciadas e emergentes no campo da inclusão social, contribuindo de forma significativa para a definição de recomendações e direções para pesquisas futuras.

Quanto à pesquisa documental e ao estudo de caso realizado na UFRPE, foi possível identificar que a universidade implementa políticas de inclusão de pessoas com deficiência desde 2010, seguindo tanto legislações vigentes quanto iniciativas próprias. Essas ações incluem a criação da disciplina de Libras, a adesão à Lei de Cotas e a criação do Núcleo de Acessibilidade (Naces), que se destaca pelo suporte pedagógico e pela promoção de acessibilidade. Além disso, o Naces desempenha um papel crucial no apoio a estudantes com deficiência e necessidades educacionais especiais, oferecendo serviços como adaptação de materiais, suporte tecnológico e cursos de capacitação.

Por meio do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFRPE de 2022, a universidade reafirma seu compromisso com políticas inclusivas, fundamentadas em marcos legais e alinhadas a políticas públicas, como o Estatuto da Pessoa com Deficiência. O Naces tem desempenhado um papel central ao promover acessibilidade e eliminar barreiras atitudinais, pedagógicas e arquitetônicas, assegurando o direito à educação inclusiva desde o ingresso até a conclusão dos cursos, incluindo suporte à educação a distância (EAD). Ainda que o PDI tenha se limitado a afirmar a conformidade com legislações em relação à acessibilidade arquitetônica, o Naces desempenha um papel importante, fornecendo suporte

abrangente e adaptado às necessidades de estudantes, docentes e técnicos.

O compromisso institucional com a inclusão é reforçado pela aprovação da Política de Acessibilidade e Inclusão em 2023, que visa eliminar barreiras e promover a acessibilidade plena por meio de adaptações e tecnologias assistivas. A UFRPE, por meio de suas ações e políticas, evolui continuamente em seu papel de criar um ambiente mais inclusivo, combatendo o capacitismo e promovendo equidade.

As recomendações para novos estudos, apresentadas nesta dissertação, destacam a importância de investigar de forma mais aprofundada o capacitismo e suas manifestações em diferentes contextos. Além disso, sugerem a ampliação do foco sobre deficiências menos abordadas, como a deficiência auditiva e as deficiências psicossociais, e a necessidade de pesquisas interdisciplinares que conectem as dimensões social, econômica e psicológica da inclusão. A análise crítica das políticas públicas de inclusão também se apresenta como uma área promissora para investigações futuras, com o objetivo de avaliar a eficácia das iniciativas governamentais e identificar os pontos de melhoria necessários.

Em termos práticos, os resultados desta pesquisa revelam a necessidade de ações concretas para a promoção de uma cultura inclusiva e acessível, tanto em ambientes educacionais quanto em locais de trabalho. A criação de políticas de sensibilização e combate ao capacitismo, assim como a implementação de tecnologias assistivas que ampliem a participação de pessoas com deficiência em todos os aspectos da vida social, são fundamentais para que a inclusão deixe de ser apenas um conceito teórico e passe a ser uma realidade vivenciada de forma plena por todas as pessoas com deficiência.

Por fim, esta dissertação contribui para o debate sobre os desafios da inclusão social de pessoas com deficiência, oferecendo uma análise crítica da produção científica recente e apontando caminhos para futuras pesquisas e intervenções práticas. As conclusões aqui apresentadas reforçam a importância de uma abordagem multidimensional e contínua para enfrentar as barreiras que ainda impedem a plena inclusão dessas pessoas na sociedade. O desafio de criar uma sociedade inclusiva e acessível para todos requer um compromisso coletivo, e este trabalho espera ter fornecido um passo significativo nessa direção, abrindo novas perspectivas para o desenvolvimento de estudos e ações que promovam a igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade humana.

REFERÊNCIAS

Araújo LM; Araújo AE; Ponte KMA; et al. **Pessoas com deficiências e tipos de barreiras de acessibilidade aos serviços de saúde** - revisão integrativa. Rev Fund Care Online. 2018 abr/jun; 10(2):549-557. DOI: http://dx.doi.org/10.9789/2175_5361.2018.v10i2.549-557

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm. Acesso em: 7 jun. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 26 ago. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm. Acesso em: 7 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000**. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 nov. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10048.htm. Acesso em: 7 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 dez. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm. Acesso em: 7 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 7 jun. 2024.

CAMPBELL, Fiona A. Kumari. **Exploring internalized ableism using critical race theory**. Disability & society, v. 23, n. 2, p. 151-162, 2008.

CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda de. **Inserção e gestão do trabalho de pessoas com deficiência**: um estudo de caso. Revista de Administração Contemporânea, v. 13, p. 121-138, 2009.

CARVALHO, Suzana C.; LIMA, Verônica M. C.; VIOLA, Denise N. **Servidores com deficiência vinculados à administração pública indireta no nordeste do Brasil**. Trabalho, Educação e Saúde, v. 18, n. 2, 2020.

CAVALCANTI, Priscila de Souza. **Sistemas de Medição de Desempenho: Revisão Sistemática da Literatura e Análise Bibliométrica**. 2016. Tese de Doutorado. PUC-Rio.

COBO, M.J.; LÓPEZ-HERRERA, A.G.; HERRERA-VIDEIRA, E.; HERRERA, F. **An approach for detecting, quantifying, and visualizing the evolution of a research field**: A practical application to the fuzzy sets theory field. Journal of Informetrics, v.5, n.1, p. 146-166, 2011.

COBO, Manuel J. et al. **SciMAT**: A new science mapping analysis software tool. Journal of the American Society for information Science and Technology, v. 63, n. 8, p. 1609-1630, 2012.

DI PIETRA, Giovanni; BIANCHI, Lorenzo; ADAMCZYK, Willian. **Avaliação biopsicossocial da deficiência**: uma síntese das evidências no contexto dos objetivos de desenvolvimento sustentável. 2021.

FARIA, Paulo M. **Revisão Sistemática da Literatura**: contributo para um novo Paradigma Investigativo. Portugal, Santo Tirso: Whitebooks, 2016.

GALVÃO, Taís Freire; PEREIRA, Mauricio Gomes. **Revisões sistemáticas da literatura**: passos para sua elaboração. Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, v. 23, n. 1, p. 183-184, mar. 2014. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742014000100018&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 jun. 2024.

GESSER, Marivete; BLOCK, Pamela; MELLO, Anahí Guedes de. **Estudos da deficiência: interseccionalidade, antipacitismo e emancipação social**. Estudos da deficiência: antipacitismo e emancipação social. Curitiba: CRV, p. 17-35, 2020.

GESSER, Marivete; MORAES, Marcia. **Ofensivas capacitistas e o medo de um planeta aleijado**: desafios para o ativismo deficiente. Athenea digital: revista de pensamento e investigación social, v. 23, n. 2, p. e3310-e3310, 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

HARZING, A.W. **Publish or Perish**, 2007.

Disponível em:

<https://harzing.com/resources/publish-or-perish>.

HORA, Mariana Marques da. **Pessoas surdas e judiciário: (in)acessibilidade e direitos linguísticos no TJPE e TJCE**. 2020.

Dissertação (Mestrado Acadêmico em 2020) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2020. Disponível em:

<http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=100807>.

Acesso em: 10 jun. 2024.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pessoas com Deficiência e as Desigualdades Sociais no Brasil**. 2022. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101964_informativo.pdf.

Acesso em: 27 dez. 2022.

IBGE. **PNAD Contínua: pessoas com deficiência 2022**. Brasília: Ibge, 2023.

16 p. Disponível em: <https://loja.ibge.gov.br/pnad-continua-pessoas-com-deficiencia-2022>

.html. Acesso em: 24 jun. 2024

IGNARRA, Carolina; SAGA, Billy. **Manual anticapacitista: o que você precisa saber para se tornar uma pessoa aliada contra o capacitismo**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2023.

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio

Teixeira. MEC. **Censo da Educação Superior 2021**. 2022. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2021/a_presentacao_censo_da_educacao_superior_2021.pdf. Acesso em: 27

dez. 2022.

KITCHENHAM, B.; CHARTERS, S. Guidelines for performing systematic literature reviews in software engineering. **Technical Report EBSE 2007-001**, Keele University and Durham University Joint Report, 2007.

LINTON, Simi. **Disability studies/not disability studies**. Disability & Society, v. 13, n. 4, p. 525-539, 1998.

LOPES, Laís de Figueirêdo; FEMINELLA, Anna Paula. POLÍTICA NACIONAL PARA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA. In: MENDES,

Amanda et al (org.). **Diálogos sobre acessibilidade, inclusão e**

distanciamento social: territórios existenciais na pandemia. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020. p. 31-34. Disponível em:

https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/42296/Livro_Dialogos_sobre_Acessibilidade_Inclusao_e_Distanciamento_Social_1ed.pdf. Acesso em: 12

jun. 2024.

MADRUGA, Sidney. **Pessoas com deficiência e direitos humanos**: ótica das pessoas com deficiência e direitos humanos. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

MAIOR, Izabel Maria Madeira de Loureiro. **Movimento político das pessoas com deficiência**: reflexões sobre a conquista de direitos. *Inclusão Social*, v. 10, n. 2, 2017.

MELLO, Anahi Guedes de. **Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade**: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. *Ciência & saúde coletiva*, v. 21, p. 3265-3276, 2016.

MIGUEL, Marcelo Calderari; CARDOSO, Antonio Luiz Mattos de Souza. **Tecnologia assistiva no âmbito da base de dados Scopus**: um painel da literatura científica com indicadores bibliométricos. *Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação*, v. 9, 2022.

NACES. **Política de Acessibilidade e outros documentos (TUTORIA)**. 2024. Disponível em: <https://www.naces.ufrpe.br/paginas/politica-de-acessibilidade/>. Acesso em: 23 out. 2024.

NAGAI, Aline Hiromi Tanji; EBAID, Ana Augusta Rodrigues Westin. **A psicofobia sob a ótica dos direitos humanos**. *ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO*, v. 25, p. 2457-2470, 2020.

ONU. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 18 out. 2024.

PACHECO, Kátia Monteiro De Benedetto; ALVES, Vera Lucia Rodrigues. **A história da deficiência, da marginalização à inclusão social**: uma mudança de paradigma. *Acta fisiátrica*, v. 14, n. 4, p. 242-248, 2007.

PAGE, Matthew J. et al. **A declaração PRISMA 2020**: diretriz atualizada para relatar revisões sistemáticas. *Epidemiol. Serv. Saúde*, Brasília, v. 31, n. 2, e2022107, 2022. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742022000201700&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 jun. 2024. Epub 13-Jul-2022. <http://dx.doi.org/10.1590/s1679-49742022000200033>.

PAIVA, Juliana Cavalcante Marinho; BENDASSOLLI, Pedro F. **Políticas sociais de inclusão social para pessoas com deficiência**. *Psicologia em Revista*, v. 23, n. 1, p. 418-429, 2017.

PIMENTEL, Susana Couto; PIMENTEL, Mariana Couto. **Acessibilidade para inclusão da pessoa com deficiência**: sobre o que estamos falando?. *Revista Da FAEEBA-Educação E Contemporaneidade*, v. 26, n.

50, p. 91-103, 2017.

PONTE, Aline Sarturi; DA SILVA, Lucielem Chequim. **A acessibilidade atitudinal e a percepção das pessoas com e sem deficiência**/Attitudinal accessibility and the perception of people with and without disabilities. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, v. 23, n. 2, p. 261-271, 2015.

PURSELL, Edward; MCCRAE, Niall. **How to Perform a Systematic Literature Review**: a guide for healthcare researchers, practitioners and students. London, UK: Springer, 2020.

RAMOS, Albenides. **Metodologia da pesquisa científica**: como uma monografia pode abrir o horizonte do conhecimento. São Paulo: Atlas, 2009.

ROCHA, Alyne Andrelyn Lima et al. **Caminhos para a visibilidade**: Uma análise construtivista acerca dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Brazilian Journal of Development, v. 6, n. 12, p. 102035-102052, 2020.

RODRIGUES NETO, Francisco. **Direitos e garantias às pessoas com deficiências**: a atuação do poder público no processo de inclusão. Jundiaí [SP]: Paco Editorial, 2022.

ROEVER, Leonardo. **Guia Prático de Revisão Sistemática e Metanálise**. Rio de Janeiro – RJ: Thieme Revinter Publicações, 2020.

SANTANNA, Beatriz Gomes; GOMES, Ana Cristina. **A revisão da lei brasileira de inclusão à pessoa com deficiência (lei n. 13146/15) e as falhas na sua aplicação**. Revista de Iniciação Científica e Extensão da Faculdade de Direito de Franca, v. 4, n. 1, 2019.

SILVA, Ana Cristina Cardoso da; OLIVER, Fátima Correa. **Pessoas com deficiência no caminho da democracia participativa**. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, v. 27, p. 279-292, 2019.

TEIXEIRA, Juliana Cristina et al. Inclusão e diversidade na administração: Manifesta para o futuro-presente. **Revista de Administração de Empresas**, v. 61, p. e0000-0016, 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO (UFRPE). **Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRPE 2021 – 2030**. Aditamento 2022. Recife: Pró-Reitoria de Planejamento e Gestão Estratégica, 2022. Disponível em: http://ww2.proplan.ufrpe.br/sites/ww2.proplan.ufrpe.br/files/PDI-FinalADITAMENTO_20_10_2022-1%20%281%29.pdf Acesso em: 22 out. 2024

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO (UFRPE). **Plano de Educação Inclusiva e Igualitária da UFRPE**. 2023. Disponível em: https://www.naces.ufrpe.br/documents/1/Plano_de_Educa%C3%A7%C3%A3o_In

clu siva_e_Igualit%C3%A1ria_da_UFRPE.pdf. Acesso em: 23 out. 2024.

VAN ECK, Nees Jan; WALTMAN, Ludo. **VOSviewer Manual**. 2012.

Disponível em:

https://www.vosviewer.com/documentation/Manual_VOSviewer_1.5.2.pdf.

Acesso em: 19 out. 2024.

VASCONCELOS, Yumara Lúcia; SILVA, Jonas Alves da; SANTOS, Eduardo José dos; SILVA, Alexandre César Batista da. **Revisão sistemática sobre o escravidão contemporâneo**: uma análise das contribuições e nichos de produção. Revista da Faculdade Mineira de Direito, v. 26, n. 52, 2023.

Disponível em:

<https://periodicos.pucminas.br/index.php/Direito/article/view/30857/21761>.

Acesso em: 12 jun. 2024.

APÊNDICE A – PRODUTO TÉCNICO-TECNOLÓGICO**POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE INCLUSÃO DE PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE
PERNAMBUCO: SITUAÇÃO E RECOMENDAÇÕES
PROPOSITIVAS.**

Autor: CAIO MATTOS BAETA NEVES

Documento base: dissertação de mestrado defendida junto ao Mestrado profissional em Administração Pública (PROFIAP) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em 30/10/2024.

Recife – outubro de 2024

1. RESUMO

A discriminação contra pessoas com deficiência permeia várias organizações brasileiras, incluindo instituições de ensino superior, na qual é fundamental implementar políticas de inclusão e acessibilidade. Essas políticas visam reduzir o capacitismo — uma forma de discriminação que trata as pessoas com deficiência como inferiores e incapazes, comparável a preconceitos como o racismo e o sexismo. Segundo Mello (2016), o capacitismo está associado à corponormatividade, que impõe padrões hegemônicos de corpo e funcionalidade, marginalizando aqueles que não se enquadram nesses ideais. Campbell (2001) descreve o capacitismo como uma rede de crenças que idealiza um corpo "perfeito", enquanto Linton (1998) reforça que essa visão reduz as pessoas com deficiência a uma posição inferior na sociedade.

Este produto técnico-tecnológico tem como estudo de caso a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) em relação às políticas de inclusão para pessoas com deficiência. Para tanto, utiliza-se pesquisa bibliográfica, mapeamento sistemático de literatura, análise de documentos institucionais advindos da dissertação e observação participante para entender a realidade da inclusão nessa instituição. A exclusão das pessoas com deficiência no ambiente educacional e no mercado de trabalho é uma realidade histórica, ainda que nas últimas décadas políticas públicas tenham sido criadas para promover a acessibilidade, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.949/2009).

Apesar dos avanços no arcabouço legal, a realidade revela um longo caminho para a efetivação desses direitos, em grande parte devido ao preconceito e à discriminação, que ainda persistem nas organizações. A situação das pessoas com deficiência na educação básica é preocupante, com índices de frequência e conclusão do ensino médio inferiores em comparação aos de pessoas sem deficiência (IBGE, 2022). No entanto, a inclusão no ensino superior tem avançado, com o número de estudantes com deficiência crescendo de 0,33% em 2011 para 0,71% em 2021 (INEP, 2022). Esse avanço, entretanto, não resolve a questão da acessibilidade para servidores públicos com deficiência, cuja presença nas

universidades também é mínima, como apontado por dados da RAIS 2017 (CARVALHO, LIMA e VIOLA, 2020).

A inclusão de estudantes com deficiência é uma responsabilidade que as instituições de ensino superior devem assumir, pois contribui para a diminuição das desigualdades impostas pelas barreiras físicas e sociais, e promove o desenvolvimento econômico e social (Fernandes; Oliveira; Almeida, 2016). A educação inclusiva é um direito assegurado pela Lei nº 13.146/2015, que visa o desenvolvimento máximo das capacidades individuais das pessoas com deficiência. No entanto, ambientes pouco receptivos, barreiras arquitetônicas e a falta de serviços de apoio são fatores que prejudicam a experiência acadêmica desses estudantes.

Além dos aspectos educacionais, a gestão da diversidade emerge como uma vantagem competitiva para as organizações, incluindo as instituições de ensino, que precisam integrar práticas que promovam a inclusão e a equidade em seus ambientes (Carvalho-Freitas, 2009). Inclusão social, portanto, é não apenas um dever humanitário, mas também uma estratégia que promove ambientes organizacionais mais saudáveis e produtivos (Vasconcelos, Azevedo e Santos, 2022). A implementação dessas políticas inclusivas nas universidades deve considerar as percepções dos gestores, a adequação das condições de trabalho e a avaliação da satisfação das pessoas com deficiência (Carvalho-Freitas, 2009).

2. INSTITUIÇÃO

A Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) é uma instituição centenária, cuja história se inicia com a criação das Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária., trabalha com ensino superior ofertando vagas em cursos de graduação e pós-graduação de diversas áreas de conhecimento espalhados em quatro unidades acadêmicas de diferentes cidades: Recife (Sede - Dois Irmãos), Cabo de Santo Agostinho, Belo Jardim e Serra Talhada. Conta também com o Colégio Dom Agostinho Ikas, que inclui cursos técnicos integrados ao ensino médio (UFRPE, 2022).

A missão da UFRPE foi definida como: constituir conhecimento, inovação e inclusão, por meio de atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Esta instituição de educação vem trabalhando para estabelecer um caráter humanista institucional, fortalecendo seu perfil holístico, a partir de políticas e ações baseadas na valorização da vida e cuidado humano, bem como no enfrentamento às desigualdades, direitos humanos e diversidades, sempre atento nas demandas socioemocionais (UFRPE, 2022).

O Núcleo de Acessibilidade - Naces/UFRPE (com representação em todas as unidades acadêmicas da UFRPE por meio de setores de acessibilidade de cada campus) tem o objetivo de promover e desenvolver ações que visem eliminar ou minimizar barreiras físicas, atitudinais, pedagógicas e na comunicação e informação que restringem a participação, a autonomia pessoal e o desenvolvimento acadêmico, social e profissional da pessoa com deficiência. Por meio deste setor, é possível solicitar serviços de tradução e interpretação em Libras e de apoio pedagógico, adaptações de materiais e dinâmica das aulas, orientações aos docentes e curso e eventos de capacitação sobre inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência. (NACES, 2024; UFRPE, 2022)

3. PÚBLICO-ALVO DA INICIATIVA

O público alvo da iniciativa são os docentes, discentes e técnicos-administrativos com deficiência. A Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015) traz as seguintes definição da Pessoa com Deficiência: aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

De acordo com a Lei nº 12.711/2012, cada instituição federal de ensino superior deverá reservar 50% das vagas, estas serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, e por pessoas com deficiência, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população do estado em que está instalada a instituição, seguindo o último censo do Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (Brasil, 2021).

A Lei nº 8.112/1990 assegura às pessoas com deficiência o direito de se inscreverem em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com sua deficiência. As instituições públicas de ensino superior, pela sua natureza organizacional, deverão reservar até vinte por cento das vagas para essas pessoas (Brasil, 1990)

Portanto, existe incentivo para estudantes e profissionais com deficiência acessarem as Universidades Públicas, que têm obrigação de recepcioná-los, desde que aprovados em processos seletivos. Não obstante, deverão proporcionar recursos e ambiente que possibilite que essas pessoas se desenvolvam durante a sua trajetória acadêmica ou profissional.

4. DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

Historicamente, as pessoas com deficiência enfrentaram exclusão na educação e no mercado de trabalho. Embora nas últimas décadas tenham surgido diversas políticas públicas e legislações, como a Lei nº 10.048/2000, Lei nº 10.098/2000, e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), seu cumprimento ainda é limitado. O preconceito e a discriminação são fatores que dificultam a efetivação dessas leis. Com 8,4% da população brasileira apresentando algum tipo de deficiência, esse grupo tem menores taxas de frequência e conclusão escolar, demandando políticas públicas mais eficazes (IBGE, 2022). Apesar das desigualdades, a presença de estudantes com deficiência no ensino superior aumentou de 0,33% em 2011 para 0,71% em 2021 (INEP, 2022), evidenciando o impacto das ações afirmativas. No entanto, servidores com deficiência ainda são sub-representados, representando apenas 1,7% na administração pública indireta do Nordeste (Carvalho, Lima e Viola, 2020).

5. OBJETIVOS

Este Produto Técnico Tecnológico tem como objetivo apontar recomendações para acessibilidade, inclusão e enfrentamento ao capacitismo para atender a estudantes, professores e técnicos-administrativos da UFRPE.

Os objetivos específicos são: 1) Levantamento de resoluções da UFRPE referente a inclusão de pessoas com deficiência; 2) Analisar políticas institucionais da UFRPE; 3) Apresentar recomendações de intervenção.

6. ANÁLISE/DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

6.1. Levantamento de resoluções da UFRPE referente a inclusão de pessoas com deficiência

Quadro 1: Levantamento de documentos institucionais e legislação específica (Continuação)

Ações	Mês	Ano	Links da Resolução	Observação
Criação da disciplina Libras/Língua Brasileira de Sinais, como componente curricular obrigatório nos Cursos de Licenciatura, atendendo o Decreto nº 5626/2005, e optativo para os de Bacharelado, em 2010;	4	2010	Resolução Cepe nº 030/2010	Com base do que foi determinado no Decreto nº 5626/2005
Adesão integral à Lei nº 12.711/2012 – Lei de Cotas – a partir do ingresso de 2013;	12	2012	Editais de processos seletivos de provimento a vagas de graduação da UFRPE	Inclui vagas reservadas para pessoas com deficiência, com base do que foi determinado pela Lei nº 12.711/2012
Criação do Núcleo de Acessibilidade (Naces), em 2013, responsável pelo apoio pedagógico de estudantes com deficiência, fornecimento de recursos de acessibilidade e serviços de intérprete e tradução em Libras. Também realiza cursos de Libras e relacionados à Pessoa com Deficiência junto com a PROGEPE;	3	2013	Resolução Consu nº 090/2013	
Aprovação de resolução sobre política de ações afirmativas para negro(a)s – preto(a)s e pardo(a)s, indígenas, pessoas com deficiência ou pessoas trans na pós-graduação stricto sensu, em 2018;	2	2018	Resolução Cepe nº 048/2018	
Criação, no âmbito da Pró-Reitoria de Extensão Cultura e Cidadania, da Coordenação de Direitos Humanos, Ações Afirmativas e Diversidades, com potencialidade de transversalizar políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão, em 2020;	12	2020	Resolução Consu nº 059/2020	

Quadro 1: Levantamento de documentos institucionais e legislação específica (Conclusão)

Determina sobre a efetivação de uma Política de Ações Afirmativas nos processos seletivos dos Programas da PROGESTI por meio da aplicação de um fator de correção para a assistência estudantil na Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE.	6	2021	Resolução Consu nº 281/2021	Envolve pessoa com deficiência
Criação do Grupo de Trabalho de Educação Inclusiva na UFRPE	3	2022	Portaria nº 645/2023-GR	
Criação da resolução sobre a política de ações afirmativas para pessoas negras (pretas e pardas), indígenas, pessoas com deficiência e trans na Pós-Graduação Stricto sensu e Lato sensu da Universidade Federal Rural de Pernambuco.	5	2022	Resolução Cepe nº 444/2022	

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2024)

6.2. Análise de políticas institucionais relacionadas a inclusão de pessoas com deficiência da UFRPE

As políticas instituídas na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) relacionadas a pessoas com deficiência, com base no PDI da instituição, incluem (UFRPE, 2022):

1. Núcleo de Acessibilidade (Naces): Criado em 2013 com base no Programa Incluir, o Naces tem a função de promover e garantir a acessibilidade e inclusão de estudantes, docentes e técnicos com deficiência ou necessidades educacionais especiais. Suas ações incluem:

- Capacitação de professores para práticas pedagógicas inclusivas;
- Adaptação de materiais e suporte tecnológico (ex. tecnologias assistivas no Laboratório de Acessibilidade);
- Apoio pedagógico de acordo com necessidades específicas da deficiência, adaptação curricular e cursos de Libras;

2. Política de Acessibilidade e Inclusão: Aprovada pelo Conselho Universitário (CONSU) em 2023, essa política visa eliminar barreiras e promover acessibilidade plena, garantindo a aplicação da legislação sobre os direitos das pessoas com deficiência. Adota tecnologias assistivas e disponibiliza o conteúdo em Libras.

3. Plano de Educação Inclusiva e Igualitária (2023-2024): Com o objetivo de implementar uma cultura inclusiva, equitativa e anticapacitista, o plano inclui quatro eixos de ação:

- Informação e conscientização: Lançamento de guia com orientação de acessibilidade para discente e outro sobre organização de evento acessível, realização de evento com temas de acessibilidade;
- Currículo inclusivo: atualizar Regulamento Geral da Graduação Publicado para contemplar adaptação de grande porte necessária de acordo com as necessidades educacionais específicas do estudante com deficiência;;
- Formação: Oferta de cursos de Libras, audiodescrição, de orientações e adaptações e de formação docente para inclusão de estudantes com necessidades específicas;
- Apoio ao discente com necessidades educacionais especiais.

4. Guia de Acessibilidade -Orientações aos Docentes - NACES/UFRPE

- Orientar as práticas pedagógicas de acordo com necessidades educacionais específicas de cada deficiência;
- Conscientizar os docentes acerca das pessoas com deficiência.

O PDI menciona a Política de Acessibilidade e Inclusão aprovada em 2023, que visa garantir a aplicação da legislação e eliminar barreiras, e o Plano de Educação Inclusiva e Igualitária, que promove uma cultura anticapacitista na instituição. No entanto, o PDI não apresenta propostas concretas para melhorias em acessibilidade arquitetônica e física, limitando-se a reafirmar o cumprimento das normas vigentes.

RECOMENDAÇÕES DE INTERVENÇÃO

Com base na documentação levantada e políticas instituídas relacionadas à inclusão das pessoas com deficiência da UFRPE, é possível verificar que práticas inclusivas estão bem encaminhadas. Existem recomendações de intervenção a saber:

- 1) **Aprimoramento da Acessibilidade Arquitetônica:** Desenvolver um plano detalhado para a adequação das instalações físicas em toda a universidade, incluindo todas unidades acadêmicas, identificando e eliminando barreiras arquitetônicas. Isso pode incluir a implementação

de rampas, elevadores acessíveis, banheiros adaptados e sinalização em braille.

- 2) **Fortalecimento do Núcleo de Acessibilidade (Naces):** Aumentar os recursos e a equipe do Naces, assegurando que possa atender um maior número de estudantes e promover iniciativas de inclusão em todas as áreas da universidade, como a pesquisa e a extensão.
- 3) **Monitoramento e Avaliação:** Apesar de haver menção de que a política educacional inclusiva, por exemplo, ser acompanhada por meio do Trello, é necessário estabelecer um sistema robusto de monitoramento para avaliar a eficácia das políticas de inclusão e acessibilidade, incluindo a coleta de feedback de estudantes com deficiência sobre suas experiências e necessidades na universidade.
- 4) **Parcerias com a Comunidade externa:** Estabelecer parcerias com organizações e instituições que trabalham com inclusão e acessibilidade, especialmente aquelas lideradas por pessoas com deficiência, pois é importante respeitar o seu protagonismo no tema, buscando troca de experiências e recursos para potencializar as ações desenvolvidas na UFRPE.

MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM REDE NACIONAL – PROFIAP

Discente: Caio Mattos Baeta Neves -
caiomattosbn@gmail.com

Orientadora: Prof^a. Dra. Yumara Lúcia Vasconcelos -
yumaravasconcelos@gmail.com

Coorientador: Prof. Dr. José de Lima Albuquerque -
jose.limaa@ufrpe.br

Outubro de 2024

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 24 dez. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 26 ago. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm. Acesso em: 7 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000**. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 nov. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10048.htm. Acesso em: 7 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 dez. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm. Acesso em: 7 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8112cons.htm. Acesso em: 26 dez. 2022

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm. Acesso em: 26 dez. 2022

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 7 jun. 2024.

CAMPBELL, Fiona A. Kumari. **Exploring internalized ableism using critical race theory**. Disability & society, v. 23, n. 2, p. 151-162, 2008.

CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda de. Inserção e gestão do trabalho de pessoas com deficiência: um estudo de caso. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 13, p. 121-138, 2009.

CARVALHO, Suzana C.; LIMA, Verônica M. C.; VIOLA, Denise N. **Servidores com deficiência vinculados à administração pública indireta no**

nordeste do Brasil. Trabalho, Educação e Saúde, v. 18, n. 2, 2020.

FERNANDES, Ana Claudia Rodrigues; OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes de; ALMEIDA, Leandro da Silva. **Inclusão de estudantes com deficiências na universidade:** Estudo em uma universidade portuguesa. Psicologia Escolar e Educacional, v. 20, p. 483-492, 2016.

IBGE Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. MEC. **Censo da Educação Superior 2021.** 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2021/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2021.pdf. Acesso em: 27 dez. 2022.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pessoas com Deficiência e as Desigualdades Sociais no Brasil.** 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101964_informativo.pdf. Acesso em: 27 dez. 2022.

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. MEC. **Censo da Educação Superior 2021.** 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2021/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2021.pdf. Acesso em: 27 dez. 2022.

LINTON, Simi. **Disability studies/not disability studies.** Disability & Society, v. 13, n. 4, p. 525-539, 1998.

MELLO, Anahi Guedes de. **Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade:** do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. Ciência & saúde coletiva, v. 21, p. 3265-3276, 2016.

NACES. **Política de Acessibilidade e outros documentos (TUTORIA).** 2024. Disponível em: <https://www.naces.ufrpe.br/paginas/politica-de-acessibilidade/>. Acesso em: 23 out. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO (UFRPE). **Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRPE 2021 – 2030.** Aditamento 2022. Recife: Pró-Reitoria de Planejamento e Gestão Estratégica, 2022. Disponível em: http://ww2.proplan.ufrpe.br/sites/ww2.proplan.ufrpe.br/files/PDI-FinalADITAMENTO_20_10_2022-1%20%281%29.pdf Acesso em: 22 out. 2024

VASCONCELOS, Yumara Lúcia; SILVA, Jonas Alves da; SANTOS, Eduardo José dos; SILVA, Alexandre César Batista da. **Revisão sistemática sobre o escravismo contemporâneo:** uma análise das contribuições e nichos de produção. Revista da Faculdade Mineira de Direito, v. 26, n. 52, 2023. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/Direito/article/view/30857/21761>. Acesso em: 12 jun. 2024.